



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



faculdade
de arquitetura e urbanismo
de bauru

"INSEGURANÇA URBANA: DESAFIOS PARA O URBANISMO E PARA A ARQUITETURA?"

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

ALUNA: ÉRICA PAPA

ORIENTADOR: JOSÉ XAIDES SAMPAIO ALVES

BAURU/SP

2011



Trabalho Final apresentado para conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Orientação:

Prof. Dr. José Xaides Sampaio Alves

Co-Orientação:

Prof. Dr. Antônio Carlos de Oliveira

Bauru/SP

2011

*"Sonho que se sonha só,
é só sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto é realidade."*

***Dedico a Deus
e à todos aqueles que contribuíram para
que esse sonho se tornasse realidade.***



Samara, José Mauro, Salete e Eduardo

Obrigada por tudo!

INTRODUÇÃO

A preocupação com a segurança pública de nossas cidades tem se mostrado cada vez mais presente no contexto nacional pois, há tempos, a questão deixou de ser competência exclusiva do Estado o que vem abrindo espaço para a análise do tema sob vários aspectos. Assim sendo, tentaremos estabelecer uma relação entre o tema da segurança pública com o tipo de espaço urbano encontrado, considerando:

"(...) a cidade, como obra resultante, no tempo e no espaço, do acúmulo capitalista sobre as forças sociais produtivas, apresenta resultado físico complexo na sua totalidade, tendo em vista ser ela resultado do acúmulo de interesses e aglutinações de forças econômicas, sócias, políticas e culturais que a produziram em cada época" (SAMPAIO ALVES, José Xaides, 2001)

"Nela está expressa fisicamente a complexidade das relações entre classes sociais (...)" (SAMPAIO ALVES, José Xaides, 2001)

Portanto a questão principal a ser analisada não é a da segurança em si, de maneira isolada, mas sim o caráter da segurança dentro do contexto urbano atual, levando em consideração todas as peculiaridades do mesmo, daí o termo "segurança urbana".

Ao longo da história de nossas cidades, os espaços físicos públicos vem sofrendo oscilações no que diz respeito à sua importância funcional e simbólica para sua população. Hipoteticamente há uma generalização da decadência da vida pública e uma valorização da vida e dos espaços privados, que entre outras causas, pode estar a crescente valorização imobiliária que vem transformando todos os valores humanos em valor de troca, em mercadorias, conforme Sampaio Alves (2001), levando à crescente valorização do sentido individual e privado em detrimento dos valores coletivos e públicos.

Um dos elementos dessa desvalorização da vida pública, que se percebe nos noticiários e nas estatísticas governamentais, é a crescente sensação de insegurança de nossas cidades. Seja real ou produzida para fins imobiliários, como no caso da valorização dos espaços de loteamentos e condomínios fechados, quando parece que há um uso objetivo da insegurança, portanto Marketing imobiliário, como valor de troca desses espaços para valorização comercial.

OBJETIVO

O objetivo principal da presente pesquisa, tendo a cidade de Bauru como recorte espacial, é fazer uma investigação conceitual e propositiva da relação entre a qualidade urbanística e da arquitetura com alguns sentidos de segurança e insegurança por eles gerados na vida contemporânea, na busca de elaboração de algumas diretrizes que possam ser aplicadas para contribuir com a melhoria da segurança pública. A pergunta que se procurará responder por meio dessa pesquisa é: "Pode a arquitetura e o urbanismo, com os meios atuais, propor diretrizes e algumas soluções para diminuir a sensação de insegurança dos cidadãos?"

A fim de se encontrar respostas para esta questão principal, torna-se necessário a realização de uma pesquisa em torno de pelo menos duas outras questões adjacentes: "A segregação, seja ela social, econômica e espacial, da maneira como se encontra nos condomínios fechados, por exemplo, prejudica ou contribui para com o tema da segurança urbana geral?", e ainda, "Quais são as possibilidades concretas de implantação, e quais os meios que podem ser utilizados (Instrumentos Urbanísticos, tipos de associações e parcerias entre poder público e privado, etc.) para se aplicar as referidas diretrizes, de forma que sejam capazes de garantir maior segurança pra nossas cidades?"

Frente a isso, serão levantadas algumas hipóteses. A primeira delas é na tentativa de desmistificação da idéia de "segurança garantida" oferecida pelos Condomínios Fechados. Assim, partir-se-á do pressuposto de que a real segurança por de trás dos muros é bem diferente daquela vendida pelo Marketing Imobiliário, que prega, mesmo que de maneira implícita, a falsa idéia de que a segregação econômico-social e espacial garante maior segurança para a classe homogênea que ali se estabelece. Tentaremos comprovar que na prática, essa segregação não ocorre de maneira tão efetiva e mostraremos ainda as conseqüências que essa tentativa constante de isolamento traz para a segurança da cidade como um todo.

A segunda hipótese consiste na afirmação de que é possível tornar real a aplicação de diretrizes projetuais focadas na segurança, visto que, há vários instrumentos urbanísticos que podem ser utilizados a favor de sua concretização, que vão desde Orçamento Oneroso, Transferência do Direito de Construir, Incentivos Fiscais, podendo chegar até mesmo à proposta de alterações no próprio Plano Diretor Municipal. Posteriormente, no decorrer da pesquisa, será feito o detalhamento de cada um dos instrumentos urbanísticos e

a exemplificação das respectivas situações em que podem ser aplicados. Dessa forma, o presente trabalho, além de fazer a abordagem teórica sobre o tema da segurança urbana, fará a elaboração do modelo metodológico de diretrizes arquitetônicas e urbanísticas de tal modo que, quando utilizado, seja capaz de conferir maior segurança ao ambiente urbano.

METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia adotada consistirá, num primeiro momento, na revisão bibliográfica sobre o assunto, seguida de levantamento fotográfico e reunião de materiais (artigos, dados estatísticos, reportagens junto aos jornais locais). Vale citar as principais obras que nortearão toda a revisão bibliográfica:

- "Morte e vida de grandes cidades" - Jacobs, Jane;
- "Cidade de Muros" - Caldeira, Tereza Pires do Rio;
- "Voçorocas do Poder Público"- Sampaio Alves, José Xaides;
- "Olhares sobre Bauru"- Autores: DAUP, Unesp – Bauru;
- "O Que é cidade?" e "Cidade e a lei"- Rolnic, Raquel;
- "O declínio do homem público" - Sennett, Richard;
- " Democracia na América", Tocqueville, Alexis de
- "Paradoxo sobre o comediante", Diderot, Denis
- "A beira da linha" - Guirardello, Nilson;
- "Paisagens do medo" - Yi-Fu Tuan;
- "Arquitetura contra o crime" – Tenente Cel. Marcos Antonio Amaro;
- "A prevenção do crime através do desenho urbano" -Tenente Cel. Roberson Luiz Bondaruk;
- "Estatuto da Cidade";
- "Plano Diretor da Cidade de Bauru"; dentre outros.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

1.PSICANÁLISE

1.1. AS OSCILAÇÕES NA IMPORTÂNCIA DADA À VIDA PÚBLICA SOB O PONTO DE VISTA DA PSICANÁLISE.

De acordo com a psicanálise constatamos que quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e conseqüentemente mais difícil será sentir ou exprimir sentimentos. É justamente sob tais condições psíquicas que vive o homem moderno, e isso ocorre por que atualmente os seres humanos precisam manter certa distância da observação íntima para poderem sentir-se sociáveis, "(...) aumentem o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade" (SENNETT, Richard, 1943). Estamos inseridos num momento histórico que pode ser classificado como a era da sociedade intimista, cuja característica principal reside no fato de que as relações sociais passam a ser vistas como questões de personalidade e com isso, a paixão pela sociabilidade deixa de existir. Nesse contexto, conhecer a si mesmo tornou-se uma finalidade ao invés de um meio através do qual se conhece o mundo, ou seja, a vida em sociedade passa a ter sentido somente quando pode ser convertida em um grande sistema psíquico.

Quando as relações sociais passam a ser vistas dessa forma, as pessoas apresentam certo receio de realizarem demonstrações espontâneas pois poderão ser interpretadas como indícios para suposições a respeito de sua personalidade por parte dos outros. Nesse meio em que se pensa que os sentimentos, uma vez despertados, serão exibidos para além do poder da vontade de ocultá-los, o retraimento é a única forma de se manter certo grau de invulnerabilidade. É por isso que na rotina urbana diária a maior parte das pessoas tenta ser o mais discreta possível.

Dessa forma, o conhecimento em público, passa a ser uma questão de observação de outros homens e dos locais, ou seja, o cidadão comum não quer participar das cenas cotidianas que ocorrem nas cidades, muito pelo contrário, ele tenta afastar de si todas as

formas da ação em público e passa a se comportar de maneira passiva. A partir dessa observação mútua e sistemática verifica-se uma série de fantasias cercando a interação entre as pessoas, numa busca incessante de se desvendar mutuamente as personalidades. Isso acarreta um aumento da insociabilidade pois:

"(...) a vida será mais sociável se tomarmos as pessoas como elas são, e não como provavelmente seriam" (SENNETT, Richard, 1943).

Frente a tudo isso é que surgem as noções de silêncio em público e de cidadão como espectador. O silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, pois:

"(...) em suas relações sociais, os sentimentos do homem moderno se tornavam confusos e instáveis, (...) já em silêncio, assistindo a vida passar, o homem estava finalmente livre" (SENNETT, Richard, 1943).

É no século XIX que a questão da personalidade realmente adentra ao domínio público seguida pela idéia de que o estranho não tem direito de falar, ou ainda:

"(...) todo homem possui um escudo invisível, um direito de ser deixado em paz" (SENNETT, Richard, 1943).

Frente à desordem crescente da sociedade capitalista, a busca pelo silêncio passa a funcionar como um princípio de ordem pública. É o que ocorria, por exemplo, nos cafés, também no século XIX, onde as pessoas estavam sentadas todas juntas, porém separadas pela parede invisível do silêncio. Essa noção abstrata de isolamento tomou dimensões concretas no ambiente urbano. Na arquitetura moderna surge o conceito de parede de vidro que é capaz de permitir a integração visual entre os ambientes internos e externos ao mesmo tempo em que impede a integração física entre ambos, evitando assim a interação social entre estranhos, pois:

"(...) a cidade é um assentamento humano no qual, provavelmente estranhos vão se encontrar" (SENNETT, Richard, 1943).

Este contato com o estranho passa a ser indesejado pelo homem moderno por que em suas interações sociais, seus sentimentos tornam-se confusos. O mundo de seus sentimentos íntimos perdeu suas fronteiras, isto é, as relações passam a se basear em uma troca de informações íntimas, pois, de acordo com essa ideologia da sociedade intimista,

"(...) os relacionamentos de qualquer tipo são reais, críveis e autênticos, quanto mais próximos estiverem das preocupações íntimas e psicológicas de cada pessoa" (SENNETT, Richard, 1943).

Quando as interações sociais se resumem a estes termos, o risco de uma pessoa se sentir frustrada é muito maior do que quando há certo distanciamento entre a sua personalidade e uma determinada situação. Sendo assim, tal distanciamento é fundamental para se conseguir efetivamente uma sociabilidade no ambiente urbano. Na sociedade moderna, diferentemente de outras épocas, o homem passa a se expressar através da apresentação de suas emoções, ou seja, deixa de ter sua função de "ator social". Como já foi dito, essa obsessão para com a questão da personalidade e para com a questão do eu, nos impede de sermos expressivos uns para com os outros, e este fato, tem relação direta com o crescente aumento do desequilíbrio entre a vida pública e a vida privada.

Richard Sennett (1943), em seu livro "O domínio do Homem Público", mostra as oscilações que esse equilíbrio teve ao longo do decorrer do processo histórico. No século XVIII, a psique era vista como tendo uma dignidade que além de natural era impessoal e não individual. Assim, o domínio próximo do eu estava organizado por meio de afinidades naturais, universais e humanas, portanto, o homem tinha direito à fraternidade e à busca pela felicidade. Nesse caso podemos dizer que havia de fato certo equilíbrio entre a vida pública e a vida privada, pois, o homem era capaz de encontrar paixão tanto no domínio pessoal quanto no impessoal.

Perante as transformações estruturais na sociedade, provenientes principalmente do advento do sistema capitalista, surge um processo de identificação entre o que é natural com o que é privado da mesma forma que ocorre entre o que é cultural com o que é público. Nessa época a família relacionava-se com o que é natural, porém suas questões ainda eram impessoais pois, o mundo privado também era considerado natural. Verifica-se que nesse momento, o domínio público começou a colocar o domínio privado a prova, e vice versa, pois enquanto o primeiro era considerado uma criação este último era uma condição humana.

O equilíbrio entre os âmbitos pessoais e impessoais deixa de existir quando cada acontecimento na vida do ser humano precisa ter um significado em termos de definição de quem eram eles. Definição esta que era muito difícil de ser conseguida devido às instabilidades e contradições de suas próprias vidas e do novo sistema no qual estavam sendo inseridos. Nesse ponto o terreno público de significação e da ação impessoal começou a diminuir pois, o próprio sistema capitalista sugere a procura de significações pessoais em situações impessoais. Assim, surge por exemplo, a noção de "idéia compensatória" dentro desse sistema que induz as pessoas que trabalham em situações impessoais de mercado a investirem no âmbito de suas famílias os sentimentos que não poderiam investir em seu trabalho.

Dessa forma, no fim do século XIX a ordem familiar, que até então tinha relação direta com a natureza, passa a se relacionar com a ordem da vontade humana. Nesse momento, as relações humanas do mundo público se formam de acordo com as mesmas regras que determinam as relações dentro da família que, deveria ser um lugar onde as pessoas podiam expressar suas personalidades por meio de regras para estabilizar as aparências que os próprios membros dessa família apresentam uns para com os outros. Portanto, as regras contra os comportamentos espontâneos são as mesmas regras que fizeram com que as pessoas vissem as obras da sociedade em termos sociais. Assim, acredita-se que o desenvolvimento da personalidade só pode ocorrer através da estabilização das interações pessoais, ou seja, sentimentos simples são considerados "bons" e sentimentos complexos são considerados "ameaçadores", em outras palavras, a complexidade deixa de ser uma experiência social desejável.

As idéias iluministas tomam força no século XIX, e com isso, as crenças se tornam cada vez mais concentradas na vida imediata do próprio homem e nas suas experiências. Dessa forma as pessoas estavam inclinadas a provocar cada vez mais as diferenças nas impressões imediatas que se davam umas às outras, a fim de ver tais diferenças como a própria base da existência social. Essas impressões imediatas eram tidas como sendo suas personalidades. É assim que finalmente a personalidade adentra ao domínio público.

"Foi a conjunção entre a aparência imediata como guia para o sentimento interior e a economia do capitalismo industrial que empurrou a personalidade enquanto uma categoria social para dentro do domínio público" (SENNET, Richard, 1943).

Sendo assim, no final do século XIX, o desejo de controlar a ordem pública passa a dar lugar para a vontade de se proteger dela. Frente à desordem que começa a pairar sobre a sociedade, as pessoas passam a buscar nos domínios privados da família um princípio de ordem na percepção da personalidade, "(...) a família se torna refúgio contra os terrores da sociedade" (SENNET, Richard, 1943), o que reflete um desejo secreto de segurança, de afeto e de repouso. É nesse contexto que ocorreu a progressiva substituição das ruas e das praças, enquanto centros sociais, pelas salas de estar suburbanas, o que refletiu ainda mais o aumento da preocupação para com as questões relativas do eu. A ênfase nessa autenticidade psicológica fez com que o homem moderno se tornasse "desprovido de arte na vida cotidiana".

Neste caso, o termo "arte" refere-se aquilo que Richard Sennet (1943) coloca como sendo o lado teatral do ser humano, que faz dele um verdadeiro ator. Nesse sentido, a teatralidade seria hostil com a intimidade e amigável com a vida pública. Assim, quando o homem desempenhava seu papel como ator na vida em público, era justamente um ser mais sociável pois poderia assumir vários papéis em suas relações, mantendo sempre um distanciamento da sua verdadeira personalidade, ou seja, estaria mais invulnerável pois nesse contexto:

"(...) as pessoas experimentam a sociabilidade sem revelar muito os sentimentos próprios" (SENNET, Richard, 1943),

"(...) o homem como ator se livrava do fardo do pecado original promovendo o divórcio entre sua natureza e suas ações pois o senso comum do século XVIII concluía que assim ele podia se divertir mais" (SENNET, Richard, 1943).

O que ocorria neste caso era a expressão como apresentação de emoções, diferentemente do que ocorre com o homem moderno, que usa a representação da emoção, o que pode ser considerado uma tendência a - social.

De acordo com Denis Diderot, em sua obra *"Paradoxo sobre o comediante"*, quanto mais natural for a expressão entre duas pessoas, menos seguramente expressiva ela será. Para ele, a representação deve ter uma forma independente do ator particular, de seus sentimentos privados e de seus humores passageiros. Já para Honoré Balzac, em *"Comédia Humana"*, a cidade moderna, com sua cultura de mobilidade voraz, era realmente uma revelação da psique humana onde cada cena tinha uma significação pois nenhum outro

princípio a havia feito acontecer que não fosse o desejo humano. As aparências são máscaras, e o homem por de trás da máscara tem a ilusão de uma personalidade separada e estável, mas está, de fato, prisioneiro dessas aparições momentâneas. Dessa forma, não é todo mundo que teria a coragem de sujeitar a própria personalidade a correr os riscos que a exposição em público poderia vir a causar, uma vez que esse distanciamento entre o eu verdadeiro e o eu - ator torna-se cada vez mais difícil no contexto atual.

Surge assim, um diferencial na personalidade do homem que é considerado público perante a grande platéia, composta por espectadores passivos. Como personalidade pública esse homem tem a coragem de se expressar ativamente. Já para a maioria dos espectadores, o sentido da vida pública só é encontrado quando está relacionada com algum interesse pessoal, ou então, quando está relacionado com as questões de sua própria personalidade. Essa multidão silenciosa "projeta suas necessidades sobre o ator público como consequência das frustrações de suas vidas" (SENNET, Richard, 1943). Nesse contexto é que surgem as chamadas figuras carismáticas e as personalidades públicas pois, só o homem capaz de gerar emoções em público pode ser visto como autêntico.

Dentro da nossa sociedade intimista, há também uma noção de personalidade coletiva que se manifesta principalmente na vida em comunidade. De acordo com as definições do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, passa a haver uma diferenciação no sentido do termo comunidade no mundo capitalista em relação ao significado dado a este termo durante a sociedade pré-capitalista, do fim da Idade Média. Para ele, nas sociedades hierárquicas, pré-urbanizadas, as relações sociais eram plenas e abertas entre as pessoas. Atualmente, essas relações se dão de uma forma em que o engajamento com o próximo acontece somente de maneira parcial, o que seria uma resposta ao sistema atual de divisão de trabalho e de instabilidade de classes.

Quando o senso de coletividade está inserido em uma comunidade que possui forte vida pública, a identidade entre seus membros nasce da união da ação compartilhada, da noção do eu coletivo compartilhado. Por outro lado, quando essa vida pública está em erosão, essa identidade surge em torno de uma fantasia comum e que:

"(...) quanto mais a fantasia dominar a vida de um grupo, menos esse grupo poderá agir no sentido de avançar na direção de seus interesses coletivos" (SENNET, Richard, 1943),

Isso significa que no caso, esta comunidade acaba se tornando mais moralista do que ideológica por estar mais preocupada com a identidade de seus membros do que com as ações a serem tomadas. Nesse sentido, uma sociedade com baixo nível de interação entre seus membros está predisposta a dar nascimento, através de fantasias, à personalidades coletivas destrutivas, na medida em que:

"(...) um evento publicamente crível é criado por uma pessoa publicamente crível, mais do que por uma ação crível" (SENNET, Richard, 1943).

Tudo isso ocorre quando falta uma cultura vigorosa e impessoal pois, "quanto mais o mito da impessoalidade vazia se tornava o senso comum de uma sociedade, mais ela se sentia justificada por destruir a essência da urbanidade. Essa essência nada mais é do que a idéia de que:

"os homens podem agir juntos sem a necessidade de serem os mesmos" (SENNET, Richard, 1943).

Dessa forma a cultura cosmopolita do século XIX fez com que a comunidade parecesse muito valiosa e que a cidade adquirisse um caráter de impessoalidade vazia. Assim, a sociedade moderna prepara as pessoas para viverem em comunidade numa escala cada vez mais restrita, incentivando o interesse pelo bairrismo.

"As comunidades organizam a família, a escola, a vizinhança; ao mesmo tempo em que desorganizam a cidade e o Estado" (SENNET, Richard, 1943)

Vale citar a definição de civilidade como sendo:

"a atividade que protege as pessoas umas das outras e assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras" (SENNET, Richard, 1943).

Assim as outras pessoas não representam um fardo mútuo. Retomando a noção de homem como ator, usar "máscara" é essencial à civilidade, pois essa teatralidade consiste em tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre a distância social.

"As máscaras precisam ser criadas por ensaio e erro por aqueles que as usarão, por intermédio de um desejo de viver com os outros mais do que pela compulsão de estar com os outros" (SENNET, Richard, 1943).

Quanto mais esse comportamento tomar corpo, mais vivos se tornarão a mentalidade de cidade e o amor pela cidade. Dessa forma, a geografia pública de uma cidade é uma verdadeira institucionalização da civilidade ao permitir a diversidade de experiências.

Por outro lado o conceito de incivilidade define o termo como sendo

"o descenso de sociabilidade para com os outros, criado por essa sobrecarga de personalidade nas relações" (SENNET, Richard, 1943).

A incivilidade está estruturada de tal maneira que além de estimular o aparecimento de líderes carismáticos, ainda causa a perversão da fraternidade na experiência comunal moderna. O surgimento desse tipo de liderança se dá através da exposição da vida pessoal do mesmo como instrumento de sedução o que também é responsável desvio de atenção, isto é, passa-se a observar o tipo de pessoa que o líder é, e não o tipo de ações que ele toma ou deixa de tomar. Já a noção de fraternidade passa a ser restrita entre um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão incluídos no mesmo círculo local.

"A sociedade intimista encoraja o comportamento incivilizado entre as pessoas e desencoraja um senso de "jogo" no indivíduo" (...) "Resulta daí o atual senso de enfraquecimento da vontade humana" (SENNET, Richard, 1943).

"A geração de Camilo Sitte concebia a comunidade dentro da cidade, o urbanista de hoje concebe a comunidade contra a cidade" (SENNET, Richard, 1943).

Sitte depositava suas crenças na comunidade de pequena escala e imaginava as relações comunitárias transpirando numa cidade "adequadamente concebida". Os urbanistas atuais desistiram da idéia de concepção global da cidade e, por isso, adotaram o trabalho num nível comunitário contra quaisquer interesses monetários e políticos que dominem a forma da cidade como um todo. Com isso ocorre uma perda da idéia de que:

"(...) as pessoas só podem crescer através de processos de encontros e desencontros com o desconhecido, pois as pessoas estranhas podem perturbar idéias familiares e verdades estabelecidas" (SENNET, Richard, 1943).

Dessa forma, perde-se a função positiva que o terreno não familiar tem na vida do ser humano; a de condicioná-lo a correr riscos. Só correndo riscos é que a pessoa tem verdadeiramente a chance de enriquecer suas percepções aprendendo a lidar com a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas em sua vida. O que se verifica na sociedade atual é um pensamento contrário. O problema fundamental do capitalismo industrial é a dissociação, que surge principalmente da separação entre o homem que trabalha do trabalho que ele realiza. Portanto, qualquer situação que distancie as pessoas deve então reforçar, caso não resulte diretamente delas, as forças capitalistas de dissociação. Daí surge uma tentativa constante de se camuflar a existência desse caráter dissociativo. O desconhecido passa a ser visto como um problema do próprio capitalismo, pois da mesma forma que o homem se distancia do seu trabalho acaba sendo condicionado a se distanciar do seu próximo. A fim de não se deixar tão evidente essa estranheza, como tentativa de lidar com esse lado problemático oriundo de um sistema também deficiente é que:

"(...) tenta-se tornar a escala da experiência humana íntima e local; ou seja, o território local torna-se moralmente sagrado. É a celebração do Gueto" (SENNET, Richard, 1943).

Essa celebração, ainda nos termos de Richard Sennet, é:

"(...) a celebração da comunidade territorial contra os males do urbanismo capitalista impessoal que acaba levando a uma lógica de defesa local contra o mundo exterior mais do que um desafio contra as atividades desse mundo."

Exemplo disso é quando uma comunidade se reúne para combater determinada ação local por parte da prefeitura, na maioria das vezes, esse combate é na tentativa de a comunidade ser "deixada em paz" e não na tentativa de se mudar o próprio processo político. Nesse caso, temos uma amostra daquilo que Sennett (1943) chama de "processo destrutivo oriundo da experiência das personalidades das outras pessoas num território comunal intimista", o que justifica também sua afirmação de que "a destruição de uma cidade feita de guetos é uma necessidade tanto política quanto psicológica". O problema está em que essa sociedade contra o mundo assume o fato de que os próprios termos da experiência intimista permitiram às pessoas criar um novo tipo de sociabilidade, baseada em compartilhar seus sentimentos.

Sob o ponto de vista da sociedade mais ampla, a atenção para com a vida da comunidade de pequena escala foi tratada de um modo prático/projetual, baseado na idéia de homogeneização através da função única. Dessa forma, a própria cidade deveria ser atomizada e setorizada para que pudesse garantir, por exemplo, que determinado distrito fosse característico de uma única classe e, ao mesmo tempo, segregado em relação aos outros. Como se sabe, essa idéia de homogeneização obtida pela setorização de funções norteou e ainda tem influenciado o planejamento urbanístico de várias cidades. Adiante trataremos de forma mais específica dessa tendência de homogeneização e suas implicações para o traçado urbano, principalmente no que se refere ao surgimento de enclaves fortificados.

O que ocorre na prática é que nesses casos se as necessidades funcionais de determinada área setorizada mudarem historicamente o espaço provavelmente não poderá corresponder a tais mudanças; ele só poderá ser utilizado pelo seu propósito original, ou então ser abandonado, ou ainda ser prematuramente destruído e refeito. Nesse contexto, a invasão e o deslocamento se tornam experiências efetivas. Essa separação da cidade em áreas de função específica é similar a um processo de atomização, onde as diferentes partes se reúnem para constituir o todo.

"A atomização da cidade colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidades de experiência naquele determinado espaço" (SENNET, Richard, 1943).

Verifica-se que essa sobreposição de funções é responsável direta pela diversidade de usos, e conseqüentemente, pela diversidade da vitalidade de um local, ou seja, ameniza ou até mesmo evita a formação de espaços públicos mortos, assim:

"Destruir a multiplicidade de funções nela (na cidade) e, desse modo, conceber que os usos do espaço não podem mudar como mudam os seus usuários, só é racional em termos de investimento inicial. Uma parte dos custos posteriores que deverão ser pagos com essa destruição do espaço público é justa e paradoxalmente a ênfase na comunidade que ele cria" (SENNET, Richard, 1943).

Dessa maneira, os termos do desenvolvimento urbano moderno fazem com que o contato comunitário em si mesmo pareça ser uma resposta ao desaparecimento social da cidade, pois, as tentativas para criar comunidades são tentativas para se transformar valores psicológicos em relações sociais. Esse desequilíbrio entre a vida pessoal e a vida psicológica acabou por incentivar a procura compulsiva por uma vida comunitária. Essa experiência da vida comunal local parece ser um exercício de fraternidade em meio a um ambiente hostil pois passa a ter a função de vigilância mútua somente na medida em que as pessoas tentam ser abertas umas com as outras.

"A comunidade se tornou ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade e uma barreira territorial no interior da cidade" (SENNET, Richard, 1943).

Dessa forma, adquire um foco geográfico que substitui o foco do equilíbrio entre público e privado que só é encontrado em situações onde a civilidade está presente. Assim, seguindo essa mesma lógica, podemos dizer que o surgimento e a proliferação dos condomínios fechados é uma concretização física de incivilidade.

A maioria dos planos urbanos progressistas conseguiu atingir um tipo especial de descentralização, objetivando a formação de poderes locais de controle. Porém o que ocorre é que, numa economia altamente interdependente, a noção de autonomia em decisões locais sobre as próprias questões, não passa de uma ilusão. Além disso, há uma recusa em enfrentar a realidade exterior à comunidade proveniente do simples medo do desconhecido, daí o surgimento do desprezo por parte da comunidade para com o mundo exterior.

"Podemos dizer então, que o grande problema dos planejadores urbanos hoje não está e 'o que fazer', mas sim, 'em que evitar' (...)

"Quando o planejamento da cidade procura melhorar a qualidade de vida tornando-a mais intimista, o próprio senso de humanidade do planejador cria a própria esterilidade que ele poderia estar querendo evitar" (SENNET, Richard, 1943).

Nesse sentido a intimidade é uma tirania. Na medida em que essa tirania é bem sucedida, a sociedade é deformada pois, passará ser enxergada sob termos puramente psicológicos e essa noção de comunidade, como já foi dito, torna-se uma verdadeira arma contra a sociedade. Podemos então descrever a situação psíquica do homem atual com uma breve citação de Alexis de Tocqueville (*"Democracia na América"* 1835) que diz :

"Cada pessoa mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem no entanto, vê-los; toca-os mas não os sente; existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nestas condições, enquanto certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade" .

2. A QUESTÃO DA SEGURANÇA

2.1: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CONTEXTO URBANO ATUAL: DESVALORIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO

É evidente a influência dos fatores macroeconômicos na formação e na estruturação dos espaços urbanos da maneira como são conhecidos atualmente. O Brasil é um país fortemente marcado pela desigualdade econômica e social, pela má distribuição de renda, pelas más condições de acesso a serviços considerados básicos como: saúde, educação, emprego digno, segurança pública, transporte coletivo de qualidade, entre outros.

Quando se trata da estruturação do espaço urbano há ainda outro fator importante a ser considerado: o tipo de política pública adotada. Não é de hoje que os governos vêm organizando os territórios e formalizando o modelo de gestão urbana de forma dissociada da própria estrutura fundiária existente. Tudo isso por que, em nosso país, parece haver uma tendência histórica em se privilegiar os interesses particulares e privados em detrimento dos interesses coletivos e públicos. Assim, muitas vezes, a especulação imobiliária é que acaba norteando o tipo de gestão urbana a ser adotada.

A especulação imobiliária era ainda maior no Brasil antes da Lei 6766/79, cujo objetivo principal é basicamente ordenar o crescimento e o tipo de ocupação dos solos urbanos. Em se tratando de legislação urbanística, também merece destaque o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) justamente por tentar enfatizar os interesses públicos, lutando assim contra a privatização do poder. Dessa forma, cabe aqui uma citação a respeito do Estatuto, que diz:

“Talvez seja ele a síntese do que de mais importante se produziu até aqui no país para, na prática, dar condições jurídicas e políticas para uma gestão de terras urbanas ou uma autêntica reforma urbana” (SAMPAIO ALVES, José Xaides, 2001)

A Lei 6766/79, acaba transferindo grande parte das responsabilidades aos gestores municipais, lhes dando autonomia, amparo legal e condições de estabelecerem normas complementares, de acordo com as peculiaridades de cada região. No entanto, essa lei acaba abrindo brechas ao deixar vagos critérios econômicos e espaciais de parcelamento, como por exemplo, em relação aos espaços públicos. Tudo isso ocorre em um contexto no qual geralmente aqueles que são detentores do poder político são detentores ou aliados daqueles que também possuem o poder econômico. Com isso, a existência e a persistência da especulação imobiliária regulamentando o uso e o parcelamento do solo segue as leis da oferta e da procura uma vez que, nesse sistema capitalista, a terra é vista como uma mercadoria. Os parcelamentos geralmente beneficiam seus proprietários e essa é uma das razões que justifica, por exemplo, o desprezo na organização de espaços coletivos e públicos. Portanto, essa “falta de vontade pública” dos investidores geralmente está associada à sobreposição de interesses econômicos. Dessa forma as regiões mais valorizadas seguem a tendência especulativa de se valorizarem cada vez mais enquanto que as regiões mais pobres e mais carentes tendem a continuar sofrendo com a escassez de infra-estrutura e investimentos públicos e privados.

De acordo com a lógica da especulação imobiliária, a presença de pobres em determinadas áreas acaba muitas vezes incentivando sua desvalorização. Por outro lado, a presença deles a certa distância pressupõe a necessidade de investimentos públicos, que muitas vezes acabam gerando a valorização de todo o entorno próximo. Daí, uma explicação para a existência de tanta contradição e desigualdade no que diz respeito à disponibilidade e à utilização de equipamentos e infra-estrutura: Ao mesmo tempo em que vemos áreas dotadas de benfeitorias públicas que estão ociosas e/ou mal aproveitadas, vemos também áreas extremamente adensadas que não possuem sequer infra-estrutura, assim como espaços públicos satisfatórios.

Quando falamos em cidadania tendemos a retratar a noção de pertencimento a um grupo e a um local, além dos direitos e deveres desse grupo. Além disso, nos referimos também a possibilidade de desfrutar plenamente os espaços públicos urbanos como sendo os principais locais de reprodução da vida coletiva e social, que age com seu caráter democrático. Como já foi dito neste mesmo trabalho, no item que trata sobre a questão da psicanálise, os cidadãos estão encontrando cada vez mais motivos para não se interessarem mais por essa vida pública e muito pelo contrário, estão cada vez mais dispostos a se isolarem dela. Uma das maneiras de se conseguir isso é justamente deixando de frequentar espaços públicos, que assim, estão perdendo gradativamente seu sentido original.

"Embora se fale que estes espaços conseguiram se manter firmes na estrutura urbana, mesmo sob diversas culturas de conceber e planejar a cidade, até por estar intrinsecamente atrelada a origem desta, o mesmo não se pode afirmar sobre que seu caráter social e agregador ainda permaneçam tão forte como nos seus primórdios. É então que se observa um processo de esquecimento, de abandono e de degradação física e afetiva do espaço público, gerando "sombras urbanas" com locais inutilizados na malha, nocivos à sua vitalidade e ao bem-estar e qualidade de vida de seus habitantes, interferindo no exercício da cidadania e ainda contribuindo para o desperdício de infra-estrutura da cidade. Não estamos nos referindo aqui, ao sentido de passagem que ainda hoje é fortemente exercido por estes lugares" (SANTANA, TRÍCIA, 2005).

Jane Jacobs, em seu livro "Morte e vida das grandes cidades" diz que "nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida" , mostrando assim que se forma um verdadeiro ciclo vicioso, onde um espaço vazio tende a permanecer inutilizado pelo seu aspecto monótono e sem vida. Segundo esta autora, espaços pouco utilizados e entornos ociosos, são propícios ao aparecimento da violência e de ações nocivas aos usuários e, por conseguinte, a qualidade de vida urbana.

Assim, o medo a violência são fortes justificativas para a tendência atual de se "interiorizar" os espaços públicos pois, parece haver uma evidente multiplicação de espaços comuns, porém não públicos, como é o caso de Shoppings Centers, edifícios corporativos, ruas fechadas, etc. Nesses ambientes há diversos itens que, diferentemente das ruas, podem ser controlados, como: o acesso de determinado grupo de pessoas e seus horários de permanência, os percursos que deverão ou não ser feitos, as atitudes que podem ou não tomar, além do clima, da iluminação, do cheiro, etc.

A interiorização de tais espaços acarreta, principalmente sob o ponto de vista da segurança urbana, algumas sensações. Ao mesmo tempo em que as pessoas se sentem mais seguras nestes ambientes interiorizados que possuem, como via de regra, segurança própria e particular, vão se sentindo proporcionalmente mais inseguras quando se vêem nos espaços públicos urbanos, desprovidas desse tipo de proteção. Assim, surge mais um motivo para evitá-los, o que acaba por contribuir ainda mais com a insegurança nos mesmos. Com essa tendência de interiorização as pessoas muitas vezes passam a se relacionar apenas com parentes, amigos mais próximos, e quando muito, com outras pessoas que pareçam ser semelhantes a si próprias, ou seja, que façam parte do mesmo grupo sócio econômico ou que pelo menos tenha condições de frequentar ou habitar o mesmo local.

Como já foi dito nos termos de Richard Sennet, todas essas características acabam contribuindo para a formação de comunidades destrutivas e também para a individualização dos cidadãos, que passam não desejar o contato e o convívio com pessoas estranhas. Assim a utilização dos espaços públicos simplesmente passa a ser evitada. Todo esse medo do desconhecido está contribuindo para a finitude de certas modalidades de espaços públicos ou finitude daquelas atividades que neles aconteciam, o que tem agravado ainda mais o problema de insegurança urbana. Podemos classificar muitos desses ambientes interiorizados como pertencentes a uma categoria maior criada por Teresa Caldeira, denominada como "enclaves fortificados".

2.2: OS "ENCLAVES FORTIFICADOS: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA O TRAÇADO URBANO

A segregação, tanto social quanto espacial sempre foi uma característica presente nas cidades. São Paulo, por exemplo, ilustra o que vem ocorrendo com grande parte das cidades brasileiras. Desde o Século XIX até a década de 1940, a cidade de São Paulo não era segregada especialmente, pois, a diferenciação entre ricos e pobres não se expressava nas regiões em que habitavam, mas sim pelos próprios tipos de moradia. Após 1940 até 1980, essa diferenciação passou a ocorrer de maneira regional, uma vez que o centro passa a ser ocupado pela elite enquanto que as periferias passaram a ser ocupadas gradativamente pelos mais pobres. Verifica-se que após 1940, essa demarcação espacial deixa de ser tão nítida em termos regionais pois há um crescente aumento na proximidade espacial entre pobres e ricos.

Dessa forma a proximidade em oposição ao padrão centro-periferia, que predominava em São Paulo até a década de 1940, e em várias outras cidades em diferentes momentos, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, porém separados por muros e tecnologias de segurança e tendem a não circular e interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segurança é o que a autora Teresa Caldeira (1997) chama de "enclaves fortificados", que são:

"(...) espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. (Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os marginalizados e os sem teto)".

Assim, o surgimento e a proliferação de enclaves fortificados além de permitirem a coexistência de classes sociais distintas vivendo lado a lado, também geram implicações para o traçado urbano. Nesse contexto, é cada vez mais comum encontrarmos espaços fragmentados e segregados como sendo uma expressão física desses tipos de empreendimentos que por sinal, tendem a seguir as leis da especulação imobiliária. Além disso, ao mesmo tempo em que o mercado formal não tem oferecido opções viáveis de acesso ao solo

e habitação para os mais pobres no decorrer do processo de urbanização, os governos não tem implantado políticas habitacionais suficientes, adequadas e acessíveis.

Sob essa ótica do interesse especulativo, as leis urbanísticas podem ser consideradas elitistas e tecnocráticas. Desse modo, a informalidade passa a ser uma das únicas opções nas cidades para grande parcela da população, que se vê obrigada a habitar áreas ilegais, zonas de risco, e sobretudo, regiões periféricas. É por tudo isso que grande parte dos ambientes urbanos brasileiros, principalmente as grandes cidades, tende a evidenciar a fragmentação e a mescla de territórios cheios e vazios. Além de fragmentados, os solos urbanos parecem estar em constante tensão entre as forças de expansão e aproximação no espaço, esbarrando constantemente numa espécie de borda que delimita suas fronteiras, formando uma composição territorial de aspecto mais horizontal, "esparrramado".

O que ocorre é que o modelo de cidade esparramada apresenta inúmeros aspectos negativos. Quando se instala, por exemplo, um conjunto habitacional fora da cidade, torna-se necessário levar a cidade até o conjunto. Tal situação, além de anti-econômica, não é nada sustentável, tanto durante sua execução quanto depois, durante sua utilização. Grande parte da população que irá morar na periferia é justamente aquela que é menos favorecida economicamente. Assim, o pobre é o que mais tende a sofrer as dificuldades de acesso à cidade e seus benefícios. Nestas condições fica ainda mais difícil para essa classe encontrar possibilidades de ascender sócio-economicamente, uma vez que novos postos de trabalho, por exemplo, tendem a se localizar nas distantes regiões de renda mais alta.

As cidades mais compactas, mais adensadas mostram-se muito mais viáveis, da mesma forma que os próprios meios de transporte mais compactos mostram-se mais interessantes, pois além de significarem menor gasto de matéria prima durante a própria fabricação e manutenção, também representam menor consumo de combustível, menor emissão de gases, dentre outras inúmeras vantagens, como por exemplo, melhorias no trânsito e melhor aproveitamento de áreas de estacionamento. "Compacidade" é um termo que já vem sendo utilizado para fazer referência a esses tipos de cidades compactas. A compacidade viabiliza muito mais os modos não motorizados e públicos: a circulação "pedestrianizada", o ciclismo, transporte coletivo, ou seja, modos que não geram tantos congestionamentos e nem tanta poluição.

Seguindo esta lógica, as "compacidades" também contribuem para com a melhoria da segurança urbana. São mais adensadas, portanto, suas ruas e áreas públicas apresentam maior possibilidade de serem ocupadas com maior intensidade e frequência. Por serem

compactas, devem concentrar maior diversidade de equipamentos, edificações e tipos de serviços, num mesmo espaço. Nela há mais vitalidade, diversidade e possibilidades de interação social. Como se sabe, tudo isso tende a favorecer a formação de espaços urbanos mais seguros.

Muitas vezes, as cidades compactas subentendem o aproveitamento da estrutura urbana pré-existente, como nos casos de otimização e revitalização dos centros tradicionais. Com esse aproveitamento, pode-se ter uma utilização adequada dos aspectos físico-estruturais, funcionais e sistêmicos das áreas centrais bem como de todo o sistema espacial urbano. Soma-se a isso, a preservação de bens culturais e tradicionais, que não deixam de ser também, valores de sustentabilidade urbana.

Situação oposta encontra-se no caso das cidades esparramadas. A fragmentação, a dispersão, as longas distâncias e dificuldades de acessibilidade tendem a gerar espaços também ociosos, dispersos, insustentáveis e inseguros. Esse contexto contribui para ampliar ainda mais a desigualdade econômica na medida em que grande parte dos investimentos, que poderia ser destinada à área social, é usada para cobrir muitas vezes os gastos desnecessários gerados por esse tipo de modelo urbano esparramado. Outro fato que os planejadores parecem ignorar é que para ser possível dar melhores condições de vida aos cidadãos, principalmente aos mais pobres, os espaços teriam de ser minimamente democratizados, mesclados e os serviços distribuídos de forma melhor. Além disso, os investimentos em infra-estrutura deveriam ser explorados ao máximo no sentido de beneficiar a maior quantidade possível de pessoas.

Assim, a formação de espaços cada vez mais fragmentados e segregados também é uma manifestação espacial da crescente tentativa de se manter a separação entre classes sociais distintas. Assim, torna-se conveniente agora aprofundarmos alguns aspectos que envolvem essa questão da busca pela homogeneização através da segregação espacial, por exemplo, como no caso dos condomínios fechados.

2.3: OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Como já foi dito, os enclaves fortificados abrangem uma infinidade de modalidades, que vão desde conjuntos de escritórios, consultórios, shoppings, escolas, hospitais, até parques e centros de lazer. De acordo com Caldeira (1997), os condomínios fechados, também seriam uma subclassificação dentro dessa categoria mais ampla, a dos enclaves fortificados. Geralmente, os condomínios são grandes extensões de áreas nas periferias das aglomerações, urbanizadas e previamente isolados do seu entorno.

"São conjuntos residenciais de baixo gabarito e densidade, são propriedades para uso coletivo mas, de forma individualizada, dirigem-se preferencialmente a classes mais abastadas devido ao valor do terreno ou da casa pronta, enfatizam o valor no que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. Estão fisicamente demarcados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos (...) autonomia e independência em relação ao entorno. (Caldeira, 1997; Dacanal, 2004.)

Devido a essas e outras características, os condomínios fechados tendem a evidenciar ainda mais a segregação, não somente sob o ponto de vista espacial, mas também, sob o ponto de vista social. A principal justificativa para a existência deste modelo de habitação é a questão da segurança, e isso geralmente ocorre de tal maneira que seja capaz de vir vinculada a outros valores, como por exemplo, a noção de homogeneização. Cabe aqui, um texto de Luis Fernando Veríssimo que ironiza essa tendência que uma parcela crescente da população tem encontrado para lidar com o problema da insegurança urbana: se fechando em condomínios fechados.

Segurança

O ponto de venda mais forte do condomínio era a sua segurança.

Havia as belas casas, os jardins, os playgrounds, as piscinas, mas havia, acima de tudo, segurança. Toda a área era cercada por um muro alto.

Havia um portão principal com muitos guardas que controlavam tudo por um circuito fechado de TV. Só entravam no condomínio os proprietários e visitantes devidamente identificados e crachados.

Mas os assaltos começaram assim mesmo.

Ladrões pulavam os muros e assaltavam as casas.

Os condôminos decidiram colocar torres com guardas ao longo do muro alto. Nos quatro lados.

As inspeções tornaram-se mais rigorosas no portão de entrada.

Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá. Os proprietários e seus familiares também.

Não passava ninguém pelo portão sem se identificar para a guarda. Nem as babás, Nem os bebês.

Mas os assaltos continuaram.

Decidiram eletrificar os muros. Houve protestos, mas no fim todos concordaram.

O mais importante era a segurança.

Quem tocasse no fio de alta tensão em cima do muro morreria eletrocutado. Se não morresse, atrairia para o local um batalhão de guardas com ordens de atirar para matar.

Mas os assaltos continuaram.

Grades nas janelas de todas as casas. Era o jeito.

Mesmo se os ladrões ultrapassassem os altos muros, e o fio de alta tensão, e as patrulhas, e os cachorros, e a segunda cerca, de arame farpado, erguida dentro do perímetro, não conseguiriam entrar nas casas.

Todas as janelas foram engradadas.

Mas os assaltos continuaram.

Foi feito um apelo para que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível.

Dois assaltantes tinham entrado no condomínio no banco de trás do carro de um proprietário, com um revólver apontado para a sua nuca. Assaltaram a casa, depois saíram no carro roubado, com crachás roubados.

Além do controle das entradas, passou a ser feito um rigoroso controle das saídas.

Para sair, só com um exame demorado do crachá e com autorização expressa da guarda, que não queria conversa nem aceitava suborno.

Mas os assaltos continuaram.

Foi reforçada a guarda.

Construíram uma terceira cerca.

As famílias de mais posses, com mais coisas para serem roubadas, mudaram-se para uma chamada área de segurança máxima.

E foi tomada uma medida extrema. Ninguém pode entrar no condomínio. Ninguém. Visitas, só num local predeterminado pela guarda, sob sua severa vigilância e por curtos períodos. E ninguém pode sair.

Agora, a segurança é completa.

Não tem havido mais assaltos.

Ninguém precisa temer pelo seu patrimônio. Os ladrões que passam pela calçada só conseguem espiar através do grande portão de ferro e talvez avistar um ou outro condômino agarrado às grades da sua casa, olhando melancolicamente para a rua.

Mas surgiu outro problema.

As tentativas de fuga.

E há motins constantes de condôminos que tentam de qualquer maneira atingir a liberdade.

A guarda tem sido obrigada a agir com energia.

Luís Fernando Veríssimo.

Num primeiro momento a obra de Luís Fernando Veríssimo pode nos parecer além de irônica, um tanto exagerada, mas se pararmos para analisar o contexto urbano atual, principalmente no que diz respeito à segurança pública, será possível notarmos que nem toda semelhança com a vida real é um simples exagero de Veríssimo. Não é de hoje que muitas pessoas estão se fechando cada vez mais em suas residências, em seus automóveis particulares e em condomínios fechados. Cabe a nós questionarmos se tais medidas contribuem para com a melhoria da segurança de fato, tanto do ponto de vista individual, daqueles que se fecham, quanto do ponto de vista coletivo, ou seja, em relação à segurança da sociedade e da cidade como um todo.

Na passagem da Antiguidade para a Idade Média, grande parte das cidades sofreram profunda transformação pois, apesar de continuarem a desempenhar seu papel administrativo e político tiveram uma redução significativa no desempenho de sua função militar. Tal fato está diretamente relacionado com o surgimento de castelos fortificados e com o aparecimento de muralhas cercando grande parte dos burgos. Estas muralhas não tinham fundamentalmente um papel agressivo uma vez que, seu objetivo principal era proteger seus habitantes de ataques inimigos. Com o passar do tempo, as muralhas além de se tornarem símbolo de maior segurança passaram a simbolizar também poder político na medida em que foram adquirindo aspectos cada vez mais monumentais, e proporcionalmente mais ofensivos.

Teoricamente, o surgimento e a proliferação dos condomínios fechados são uma reação a insegurança urbana. Assim como os fortes medievais, a princípio, eles também não deveriam possuir caráter ofensivo, pois seu surgimento também se justificava na busca da proteção por parte de seus habitantes. Porém o que tem ocorrido na prática é que, da mesma forma que as muralhas da Idade Média representam o poder administrativo de suas respectivas monarquias, os muros dos condomínios fechados estão representando cada vez mais o poder econômico das classes sociais que ali se estabelecem. Isso tem ocorrido por que a possibilidade de acesso a esse tipo de moradia, dentre outras coisas, passou a ser sinônimo de status social.

Além disso, suas "muralhas" também passaram a adquirir aspectos mais ofensivos em relação ao restante da cidade. Na prática, este sistema que deveria ser apenas defensivo acaba, por diversas razões, se tornando extremamente agressivo para com a própria segurança urbana geral. Uma destas razões é a hostilidade que apresentam para com seu próprio entorno. Os extensos

paredões cegos representam uma situação propícia para a proliferação da insegurança urbana, devido à redução da possibilidade de vigio mútuo, pois, de modo geral, os condomínios fechados são fisicamente demarcados e voltados para seu interior e não em direção à rua já que desprezam a vida pública explicitamente.

Como já foi dito, esse desprezo pela vida pública é extremamente prejudicial tanto para os indivíduos, que muitas vezes acabam se prendendo nas "tirânicas da intimidade", quanto para a sociedade, que deixa de se desenvolver sob diversos aspectos, inclusive político. Essa crescente busca pela homogeneização sócio-econômica se dá de tal forma que acaba implicando também em segregação espacial.

Por funcionarem como uma unidade praticamente autônoma em relação ao entorno, os condomínios podem estar localizados tanto em áreas centrais quanto em áreas mais distantes, daí o fato de ser cada vez mais comum encontrarmos luxuosos condomínios fechados nas regiões periféricas ao lado de favelas. Isso ocorre também por que a lógica do lucro máximo também está presente no raciocínio dos incorporadores deste tipo de empreendimento. Os condomínios vendem, dentre outros ideais, os conceitos de tranquilidade e de contato com o meio ambiente e por isso, geralmente necessitam de grandes áreas, o que nem sempre é possível de se obter nas regiões já adensadas. Assim, muitas vezes são construídos nas regiões periféricas que apresentam maior disponibilidade de área a preços mais baixos. Depois de executado, esses empreendimentos contam com sua própria infra-estrutura e são vendidos a altos preços.

"(...) A construção de condomínios fechados denuncia o aumento das desigualdades sócio-econômicas em áreas metropolitanas e provoca uma descontinuidade urbana, pela periferização das áreas centrais e tornando centrais as regiões periféricas" (UEDA, 2010).

Dessa forma esse tipo de proximidade entre as diferentes classes em nada tende a melhorar as condições para os vizinhos pobres, muito pelo contrário, tende a reforçar ainda mais a segregação social, pois, geralmente acaba criando espaços caóticos. Muitas vezes, não há calçadas ao redor dos grandes paredões justamente para não atrair aqueles que não possuem automóveis, ou seja, os membros das classes mais baixas. Além disso, também é comum encontrarmos ruas estreitas e sem infra-estrutura nas proximidades dos condomínios.

"A proliferação de condomínios fechados acaba colocando em evidência a cisão social. É a segregação das elites" (CALDEIRA, 1997).

Até pouco tempo atrás, morar em condomínios fechados era algo acessível apenas para as elites sócio-econômicas porém, verifica-se que essa situação está se alterando pois esse tipo de moradia também vem sendo almejado e se tornando acessível entre indivíduos de classes inferiores. Isso só é possível por que o padrão dos condomínios das classes altas está sendo adaptado pelos segmentos mais baixos. Apesar das diferenças construtivas, há vários pontos em "comum", difundidos entre ambas as classes que são atraídas por amenidades do tipo: espaço com áreas naturais e de lazer, distantes da poluição, do barulho e do trânsito e, principalmente, segurança. Com isso:

"(...) para os moradores dos novos condomínios fechados, as inconveniências parecem ser mais do que compensadas pela sensação de segurança que ganham por trás dos muros, vivendo exclusivamente entre iguais e longe dos que consideram ser os perigos da cidade." (CALDEIRA, 1997).

De fato, o medo e a insegurança passaram a ser uma preocupação que aflige todas as classes sociais, e isso pode ser comprovado em praticamente todas as cidades. É comum encontrarmos moradias precárias que sequer estão concluídas e que nem possuem acabamentos, mas que já contam com elementos arquitetônicos próprios para gerar maior proteção, como portões, muros altos, cercas diferenciadas e uma infinidade de outros itens, improvisados ou não. A introdução desses elementos na arquitetura das construções acaba fazendo parte daquilo que Tereza Caldeira chama de "estética da segurança". Tais itens são incorporados tanto pelos mais ricos quanto pelos os mais pobres e muitas vezes, acabam alterando as próprias características das edificações. No caso das classes mais nobres, elas acabam incorporando os códigos dessa estética e transformando o discurso sobre a segurança numa questão de gosto e até mesmo em símbolo de status.

Nesse contexto, de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem se interessam em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social, pois:

"(...) os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Dessa forma, eles asseguram o "direito de não ser incomodado", provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem teto." (CALDEIRA, 1997).

Esse "direito de não ser incomodado" relatado por Caldeira, já foi descrito anteriormente no "item 1" do presente trabalho, que trata sobre a decadência da vida pública sob o ponto de vista da psicanálise. Assim, verificamos que na maioria das cidades, principalmente nas médias e grandes, esse "direito" é uma condição que acaba muitas vezes sendo predominante nas relações sociais, constituindo parte daquilo que podemos chamar de "barreiras invisíveis". Tais barreiras correspondem todo e qualquer tipo de comportamento que visa evitar a comunicação e o contato entre pessoas estranhas e de diferentes classes, etnia, religião, nacionalidade, etc. Geralmente as barreiras invisíveis estão associadas à existência de barreiras visíveis, isto é, das barreiras físicas, pois ambas têm o objetivo comum de assegurar a segregação, a diferenciação e conseqüentemente, a homogeneização. Com isso, o abismo físico e social existente entre habitantes de uma "mesma" cidade também se torna cada vez maior. Assim, praticamente todos os discursos que incentivam a existência das barreiras físicas e psicológicas são carregados de paradoxos e pré-conceitos, como já observou Caldeira:

"O aumento do crime violento e do medo, desde meados dos anos 80, provocou a fortificação da cidade, à medida que moradores de todas as classes sociais buscaram proteger seus espaços de residência e trabalho. Além disso, como o medo e o crime aumentaram, os preconceitos articulados na fala do crime não só ajudaram a exacerbar a separação de diferentes grupos sociais, mas também a aumentar as tensões e suspeitas entre eles" (CALDEIRA, 1997).

Analisando essa questão mais a fundo verifica-se que as verdadeiras causas da criminalidade e violência nos lugares da cidade são muito mais complexas do que as desigualdades de renda e uma "criminalidade nata" que muitas vezes é considerada típica das camadas mais pobres. A respeito dessa questão, Jane Jacobs (1997) observa:

“(…) E também não resolve nada atribuir a grupos minoritários, aos pobres ou marginalizados a responsabilidade pelos perigos urbanos. Há variações enormes no nível de civilidade e de segurança entre tais grupos e entre as zonas urbanas onde eles vivem. Algumas das ruas mais seguras de Nova York, por exemplo (…), são habitadas pelos pobres e pelas minorias. E algumas das mais perigosas são aquelas ocupadas pelos mesmos tipos de pessoas”.

No entanto, o caráter do ambiente urbano atual parece desprezar essa consideração pois continua evidenciando uma crescente tentativa de segregação aliada a busca constante pela homogeneização. Frente a isso, nos deparamos com duas consequências praticamente imediatas. A primeira delas diz respeito às perdas psicológicas que os indivíduos estão sujeitos a ter quando se limitam e se submetem a esses tipos de relações “homogeneizadas”. No caso dos condomínios fechados há várias situações que podem exemplificar essa perda de valores. Uma delas é o fato de que muitos moradores considerarem que quando estão dentro do condomínio, estão em uma terra sem leis. Quando cometem qualquer outro tipo de ato abusivo, dificilmente se submetem às regras internas e aos próprios guardas do condomínio por acreditarem que estes, são seus funcionários e que como tal, não tem direito de intervir em seus atos. Isso ocorre, dentre outros motivos, pelo fato de dificilmente encontramos a polícia comum intervindo nos acontecimentos internos de um condomínio. Dentre outras perdas psicológicas essa é uma das mais graves, pois, tende a alimentar nessas pessoas a sensação de onipotência e a ilusão de que realmente são os donos de tudo e que podem subverter todas as regras dentro e fora do condomínio, a qualquer momento.

A rotina urbana diária pressupõe o contato e o convívio entre pessoas diferentes e estranhas o que acaba gerando situações nas quais o exercício da cidadania deve ser colocado em prática. Aí encontramos outro tipo de perda psicológica, que tende a ocorrer quando determinados grupos sociais fogem dessa rotina e conseqüentemente deixam de exercitar seus direitos e deveres para com o próximo. São vários gestos rotineiros que podem exemplificar esse exercício da cidadania, e na maioria das vezes são muito simples. Quando mais os indivíduos se isolam, mais se sentem livres dessas obrigações cordiais de respeito para com o próximo e proporcionalmente passam a viver cada vez mais em função de seus próprios objetivos. Com isso, a vida pública em sociedade fica ameaçada e todas as relações passam a ser baseadas em princípios cada vez mais egoístas e preconceituosos.

A segunda constatação é que as ruas estão sendo cada vez mais destinadas às classes mais baixas um vez que as pessoas que possuem maior poder aquisitivo, estão restringindo a prática de seu exercício de "vida pública" aos enclaves fortificados e aos espaços públicos interiorizados. O "modelo ideal de vida urbana" contemporâneo tem ressaltado, como uma de suas principais qualidades, as várias possibilidades de isolamento, seja nos automóveis particulares, nas diferentes categorias de enclaves fortificados ou até mesmo, no mundo virtual. Assim, os anúncios imobiliários induzem as pessoas a desejarem e a aceitarem os condomínios fechados como sendo um modelo ideal de moradia, sinônimo de qualidade de vida. Esses anúncios enfatizam valores que pouco variam de acordo com o padrão de cada público alvo e essa variação tem ocorrido por que esse tipo de moradia atualmente está se tornando acessível também entre as classes mais baixas.

Para ambas as classes, os valores mais explorados pelo Marketing imobiliário geralmente são: segurança, contato com o meio ambiente, acesso a áreas de lazer e a equipamentos, tranquilidade e isolamento, bons serviços e homogeneidade sócio econômica. A seguir descreveremos brevemente cada um desses itens e posteriormente, desmistificaremos muitas dessas "vantagens" oferecidas.

2.3.1: Marketing Imobiliário

-Segurança:

A busca por maior segurança tem se mostrado o principal atrativo para as pessoas que optam por morar em condomínios fechados. Esta é uma característica que sempre foi recorrente entre as classes mais altas e que mais recentemente também vem sendo difundida entre classes mais baixas. A seguir, comparamos as propagandas direcionadas para as diferentes classes sociais e verificamos que todas enfatizam essa idéia de "maior segurança".

O seguinte anúncio é sobre um condomínio de alto padrão. Nele a segurança é mencionada como sendo um dos itens principais ao dizer:

"Sua casa, sua família e sua tranquilidade protegidas 24 horas por dia, 365 dias no ano, com portaria de acesso monitorado/muros de 3 metros de altura monitorados, equipe de segurança e apoio altamente profissional". (Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo")



Imagem 1: Propaganda de um condomínio de Alto Padrão (Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo")

A próxima propaganda é sobre uma rede de condomínios de padrão médio, todos executados pela mesma construtora. Essa propaganda enfatiza as cinco principais qualidades dos condomínios: estilo de vida, segurança e liberdade, lazer, custo benefício, qualidade de vida. Como é possível notar na transcrição a seguir, três dessas vantagens fazem referência a questão da segurança:

The advertisement is for the 'Raízes Granja Viana' project. At the top, it asks 'Se você queria um bom motivo para morar em um condomínio fechado, vamos te dar 5;'. Below this, five categories are listed: 'Estilo de vida', 'Segurança e Liberdade', 'Lazer', 'Custo & Benefício', and 'Qualidade de vida'. The project name 'Raízes Granja Viana' is followed by 'Coba, SP - Granja Viana'. A photo of a family is shown. Below the photo, it says '100m² para morar de 225 a 294 m² de 3 a 4 dormitórios'. At the bottom, three circular callouts highlight specific features: 'Segurança e Liberdade' (24-hour security, gated access, security guards), 'Lazer' (clubhouse, swimming pool, playground, etc.), and 'Qualidade de vida' (quiet, secure, comfortable environment).

Se você queria um bom motivo para morar em um condomínio fechado, vamos te dar 5;

- Estilo de vida
- Segurança e Liberdade
- Lazer
- Custo & Benefício
- Qualidade de vida

Raízes Granja Viana
Coba, SP - Granja Viana

100m² para morar de 225 a 294 m² de 3 a 4 dormitórios

Segurança e Liberdade
Propriedade 24 horas, segurança máxima, guardas, garantem a segurança dos moradores e visitantes das dependências.

Lazer
O condomínio oferece inúmeros espaços de lazer e um complexo infraestrutura com tudo que você precisa para o seu lazer e bem-estar.

Qualidade de vida
Um ambiente tranquilo, seguro e confortável para você e sua família, lazer e qualidade de vida.

Imagem 2: Propaganda de um condomínio de Padrão médio (Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo")

- "Segurança e liberdade: Portaria 24 horas, segurança interna e guaritas garantem a segurança dos moradores e visitantes do condomínio";

- "Lazer: (...) completa infra-estrutura para você se divertir com conforto e segurança". "Qualidade de vida: Um ambiente tranquilo, seguro e confortável (...)

- "Qualidade de vida: um ambiente tranquilo seguro e confortável para você e sua família. Isso sim é qualidade de vida!"

O próximo anúncio é sobre esse novo modelo de condomínio fechado que vem sendo direcionado às classes mais baixas e que também incorpora a questão da segurança como sendo uma de suas principais qualidades, ao dizer:

"Aqui, você e sua família terão toda liberdade e segurança, dia e noite: o condomínio conta com portaria 24 horas, garantindo a tranquilidade que você sempre quis".

Vale lembrar que este último anúncio é referente a um empreendimento da própria cidade de Bauru, a ser lançado ainda no ano de 2011.



Imagem 3: Propaganda de um condomínio de padrão classe média baixa, de Bauru (Fonte: www.terraviva.com.br)

- Contato com o meio ambiente; acesso a áreas de lazer e presença de equipamentos;

A existência de equipamentos e de áreas de lazer, de preferência acompanhados por algum tipo de contato com a natureza, também são idéias difundidas e enfatizadas em praticamente todos os anúncios publicitários de condomínios fechados, principalmente

naqueles que são direcionados para as classes mais altas. Isso é proveniente de uma noção mais ampla que considera que quanto mais rico o morador, mais deve dispor de tudo que necessita para evitar ao máximo a vida pública da cidade, principalmente no que diz respeito ao uso de equipamentos.

Na produção dos condomínios fechados a garantia de contato com a natureza mostra-se como uma situação privilegiada frente aos que estão fora dos muros fortificados. Essa busca de uma nova forma de vida também vem sendo vendida com base de uma mistificação da busca de um ideal perdido, se contrapondo ao resto da cidade. Ou seja, os padrões para estabelecer a qualidade ambiental, a qualidade de vida, também têm a ver com os valores coletivamente produzidos pela mídia.

- Tranquilidade e Isolamento (distanciamento do "caos" urbano: ruídos, trânsito, poluição, etc.)

Uma idéia que também é bastante explorada pelos anúncios de condomínios, é a existência da tranquilidade. Esta noção também vem atrelada ao conceito de isolamento em relação ao restante da cidade, e também, em relação às pessoas de outras classes sociais. Assim, cria-se a imagem de um mundo exclusivo, isolado e muitas vezes "auto-suficiente, com certa dose de um "ruralismo idílico", ou seja, tentando resgatar os ideais bucólicos da vida no campo que o meio urbano fez com que se perdesse.

- Bons Serviços

Há muitos condomínios que oferecem vários tipos de serviço para seus moradores. Nesse caso, trata-se de uma nova tendência de se estabelecer relações mais impessoais entre patrão e empregado visto que os trabalhos são temporários situação oposta ao hábito que as elites possuíam de ter empregados fixos, que muitas vezes moravam na própria casa dos patrões. Essa tendência atual revela a existência de distanciamento entre as pessoas de diferentes classes também nas relações trabalhistas. Os moradores dos condomínios são induzidos a acreditar que esse é um aspecto positivo pois, assim eles tem profissionais a seu dispor, de maneira mais impessoal possível, de modo que isso garanta maior independência na execução das tarefas diárias.

- Homogeneidade

A seguir temos uma explicação sucinta que resume muito bem o ideal de vida pública difundido atualmente.

"O ideal do condomínio fechado é a criação de uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e desfrutar de um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social." (CALDEIRA, 1997).

De acordo com essa idéia, as pessoas só devem se relacionar entre seus iguais e de modo que tenham sua individualidade e sua privacidade garantidas. Um diferencial a ser considerado é que quando essa abordagem é feita pelo Marketing, para as classes mais altas, verifica-se que há maior ênfase na homogeneidade social e não na vida comunitária em si. O oposto ocorre com a propaganda difundida entre as classes mais baixas, ou seja, para as parcelas mais pobres da população, na qual a vida comunitária é ressaltada como um aspecto positivo e presente nos condomínios.

Nas propagandas dos condomínios norte-americanos, a vida comunitária entre vizinhos é muito valorizada. No Brasil essa noção de comunidade é manipulada pelos incorporadores como sendo válida para "os outros" e não para a elite. Daí uma justificativa para o fato desse argumento ser valorizado entre as classes mais baixas e evitado entre as classes mais avantajadas.

2.3.2: Desmistificando o Marketing Imobiliário

- Segurança:

Na prática, experiências e dados estatísticos comprovam que essa noção difundida pelos anúncios publicitários de "segurança garantida" em condomínios fechados não é tão válida. A segurança nos condomínios também é falha, prova disso são os noticiários que relatam assaltos e outros tipos de crimes ocorridos em condomínios fechados tanto em Bauru quanto em outras cidades, como poderemos ver a seguir:

"Entrar, furtar várias residências - provavelmente nove - e sair sem ser avistado de um local que mantém segurança composta por alarmes, cercas elétricas e de arame farpado, câmeras de monitoramento, muros altos e rondas periódicas. Foi essa a missão bem executada por bandidos na noite do último sábado, no Tivoli 1, condomínio de luxo na zona sul de Bauru. E, para conseguir a ousada proeza, as investigações garantem que os homens estavam munidos de informações privilegiadas (...)". (JORNAL DA CIDADE, BAURU, 08/03/2011)

"Cabreúva - Assaltantes invadiram um condomínio em Cabreúva (267 km de Bauru) e assaltaram duas casas, na noite de anteontem. Os criminosos levaram carros, eletrônicos, joias e garrafas de bebidas. Segundo relato de uma das vítimas, à Polícia Civil, cerca de 20 criminosos encapuzados e armados renderam dois porteiros e invadiram o local, por volta das 22h (...)". (JORNAL DA CIDADE, BAURU, 13/10/2010).

Estes e outros exemplos revelam que o problema é mais complexo do que aparenta e que os mecanismos de criminalidade se aprimoram na mesma proporção em que se aprimora a tecnologia da proteção. Além do mais, essa mercantilização do medo é muito vantajosa para setores específicos da economia, em especial relacionada com os serviços de segurança e indústria de armamentos. Além de vender condomínios fechados, os índices de criminalidade são usados para vender carros blindados, helicópteros, pessoal e equipamentos de segurança, que configuram um mercado em expansão.

Além disso, muitas vezes os condomínios fechados acabam se tornando "terras sem lei", visto que a polícia dificilmente interfere na segurança interna. Equivale a dizer que a segurança nestes locais é feita pelos próprios guardas/funcionários dos condomínios que com isso, muitas vezes acabam se submetendo as ordens dos patrões e fazendo vista grossa para muitos atos que infringem a lei. Assim, o parâmetro de normas de segurança interna aos condomínios também deixa a desejar.

Outro fato importante é que quando é necessário ocorrer qualquer tipo de intervenção policial dentro do condomínio, ela tende a ser abafada pela mídia, principalmente no caso dos grandes empreendimentos. As notícias são manipuladas por esse mesmo Marketing Imobiliário de modo a induzir a sociedade a acreditar que esse modelo de segurança é eficiente e que intervenções policiais nestes ambientes são casos excepcionais.

Em se tratando ainda da questão da segurança interna aos condomínios, outro fato que as propagandas tendem a esconder é a possibilidade de o mal estar muitas vezes pelo lado de dentro dos paredões. A prisão do segundo homem mais perigoso do mundo - de acordo com o FBI - o traficante Juan Carlos Ramírez Abadía, ocorrida em agosto de 2007, aconteceu justamente dentro de um luxuoso condomínio fechado, em Aldeia da Serra, na grande São Paulo. A vida nos enclaves fortificados tem induzido as pessoas a ficarem tão obcecadas por proteção contra o ambiente externo que isso está fazendo com que elas acabem se esquecendo de que muitas vezes, o perigo pode estar ali dentro, bem ao lado.

Como já foi dito, todos os tipos de enclaves fortificados, inclusive os condomínios, são hostis para com o entorno próximo, representam estruturas fragmentadoras do traçado urbano, o que evidencia ainda mais as desigualdades sociais, e além disso, não contribuem para a segurança urbana de maneira efetiva. As características provenientes desses empreendimentos vão contra a maioria dos princípios que Jane Jacobs considera como sendo fundamentais para a existência de maior segurança urbana. A seguir desmistificaremos cada um desses princípios através da descrição da realidade encontrada nos condomínios. Mais adiante, no item que trata da otimização da segurança urbana descreveremos de maneira mais detalhada esses conceitos criados por Jane Jacobs.

- Vigio mútuo (olhos na rua e para a rua):

Os extensos paredões impossibilitam a integração visual entre quem está do lado de dentro e quem está do lado de fora dos condomínios. Com isso, a prática de vigio mútuo fica prejudicada, o que tende a aumentar ainda mais a sensação de insegurança. Além da ausência de integração visual, dificilmente ocorre integração física, ou seja, contato entre os grupos sociais distintos aumentando ainda mais a indiferença entre tais pessoas o que também é prejudicial para a questão da segurança pois ao invés de haver cumplicidade entre os cidadãos passa a predominar os sentimentos de medo e desconfiança. Tudo isso só aumenta uma tensão cujas origens são outras e que só poderiam ser enfrentadas em situações de estímulo à solidariedade entre as classes.

- Vitalidade:

Sentindo-se mais inseguras as pessoas evitarão permanecer nos arredores dos condomínios, o que equivale a dizer que sua vitalidade será prejudicada e teremos menor quantidade de olhos nas ruas. A própria estrutura dos condomínios tende a reforçar essa perda de vitalidade pois é pensada de modo a garantir o acesso dos moradores (que geralmente possuem seus automóveis particulares) ao mesmo tempo que tenta afastar ao máximo as pessoas de outras classes de seu entorno.

- Diversidade:

Devido à sensação de insegurança e a dificuldade de acesso, dificilmente temos grande diversidade de usos e funções ao longo dos extensos paredões. Essa diversidade é importante pois contribui com os itens anteriores, principalmente no que diz respeito à vitalidade da região.

Verifica-se ainda a existência de outros itens capazes de desmistificar todo esse Marketing Imobiliário que gira em torno da segurança dos condomínios fechados. Podemos afirmar assim que, ao contrário daquilo que o mercado tenta vender, não são ambientes completamente seguros e que as vezes apresentam um sistema de segurança deficiente, tanto interna quanto externamente. Nesse contexto, a questão da segurança passa a ter uma base no emocional e não em uma necessidade posta pela realidade de fato.

Seguiremos agora desmistificando os outros valores principais que também são difundidos por esse tipo de publicidade, descritos anteriormente.

- Contato com o meio ambiente; acesso a áreas de lazer e presença de equipamentos;

De acordo com Caldeira (2000)

"(...) Os moradores devem ter a seu dispor quase tudo o que precisam para que possam evitar a vida pública da cidade. Para tanto, os equipamentos de uso coletivo que transformam muitos condomínios em sofisticados clubes."

No entanto verifica-se na prática que o uso de tais equipamentos, principalmente entre as classes mais avantajadas, é muito baixo. Isso pode estar relacionado a diversas causas inclusive com o fato de os moradores se sentirem pouco a vontade para partilhar um espaço residencial e ao fato que tais empreendimentos geralmente apresentam baixa densidade populacional. Podemos deduzir também que a existência dessas instalações muitas vezes estão mais atreladas ao conceito de ostentação e status do que com um novo padrão de sociabilidade entre vizinhos que seja coerente com esse novo padrão de vida privada.

Assim, tais itens cuja existência é enfatizada pelas propagandas dos condomínios fechados mostram-se como sendo muitas vezes desnecessários. Tudo isso contribui ainda mais com a decadência da vida e dos espaços públicos e com a interiorização dos mesmos, pois aquela parcela de condôminos que não utiliza tais equipamentos provavelmente irá desfrutar de tudo isso em outros tipos de enclaves fortificados, geralmente clubes, Shopping Centers ou parques com acesso restrito. Temos toda infra-estrutura e equipamentos disponíveis para os mais ricos sendo sub utilizados ao mesmo tempo em que a maior parte da população carece de tudo isso e até mesmo de possibilidades de contato com a natureza.

- Tranquilidade e Isolamento; Bons Serviços e Homogeneidade:

As noções de tranquilidade e isolamento, juntamente com a existência de bons serviços e homogeneidade podem ser desmistificadas de uma só vez, pois, estão relacionadas entre si. O marketing imobiliário vende implicitamente a idéia de que a tranquilidade e o isolamento são conseqüências da existência da homogeneidade sócio econômica. Assim, todos são induzidos a acreditar que os condomínios são ambientes tranquilos e seguros por que são ambientes homogêneos.

De acordo com essa linha de raciocínio, nesses ambientes só há relações entre pessoas iguais e que são capazes de se isolar das classes inferiores. O que ocorre é que essa homogeneidade tão bem explorada pelas propagandas, na prática não acontece de maneira tão efetiva. O padrão de vida tão ansiado pelos condôminos inclui a existência de vários serviços que geralmente são prestados justamente por aquelas pessoas das quais querem se isolar.

"(...) As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade – tanto da cidade e suas misturas de classes quanto das tarefas domésticas diárias – com base na dependência de serviços realizados por pessoas da classe trabalhadora. Eles dão armas para guardas mal pagos controlarem seus próprios movimentos de entrada e saída dos condomínios. Eles pedem a Office-boys mal pagos para resolver todos os problemas burocráticos (...) até transportar quantidades incríveis de dinheiro. Eles também pedem as empregadas mal pagas – que não raro vivem nas favelas do outro lado do muro do condomínio – para lavar e passar suas roupas, arrumar suas camas, comprar e preparar sua comida e frequentemente tomar conta de seus filhos o dia inteiro. Membros das classes altas temem o contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres. Eles só podem estar angustiados para encontrar uma maneira certa de controlar essas pessoas com as quais mantêm tais relações ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança." (CALDEIRA, 2000).

Assim, torna-se questionável a idéia de que a segurança nos condomínios fechados é possível por que se trata de ambientes homogêneos visto que, na prática, essa homogeneidade não ocorre de maneira efetiva. As "mãos e os pés" dos luxuosos condomínios, bem como das outras categorias de enclaves fortificados, são provenientes da grande massa trabalhadora que por sinal, tem como característica formadora uma boa dose de heterogeneidade sócio-econômica e cultural.

Portanto, o medo e a violência, principais "peças" no marketing e uma das principais razões levantadas pelos consumidores desse produto do mercado imobiliário, precisam ser demarcados em termos de seu significado social. Se, de um lado, as pessoas se

sentem mais seguras ao se isolarem em seu espaço de moradia, de outro, é esse mesmo isolamento que provoca cisões no tecido social, visto que impede o reconhecimento das outras pessoas, das diferenças, bloqueando as possibilidades de estabelecimento de relações.

Feita essa análise de como várias situações do contexto urbano atual são capazes de contribuir com o surgimento e a proliferação da insegurança, cabe agora retomarmos essa questão de maneira inversa, ou seja, buscando encontrar possibilidades para gerar espaços urbanos mais seguros,

3. A OTIMIZAÇÃO DA SEGURANÇA URBANA

3.1: CONSTATAÇÕES

De acordo com Jane Jacobs (2000), consideraremos como condição fundamental para a otimização da segurança urbana a existência do "olhar do cidadão" como sendo "os olhos da rua". Segundo essa autora, as pessoas tendem a se sentir mais seguras na medida em que sabem que estão protegidas pela vigilância do olhar dos outros, daí a noção de "vigio mútuo" responsável, na maioria das vezes, por garantir essa sensação de conforto e segurança. Tanto é verdade que podemos exemplificar esta constatação através de uma situação que a grande maioria de nós já vivenciou.

Ao caminharmos por uma rua deserta, a determinada hora da noite, provavelmente nos sentiremos mais vulneráveis e mais inseguros do que se caminharmos por essa mesma rua e nesse mesmo horário só que numa situação em que ela esteja repleta de pessoas interagindo e consequentemente se auto vigiando. Situação semelhante encontramos em ruas "semi-desertas" nas quais também há uma grande tendência em nos sentirmos amedrontados quando estamos sozinhos e nos deparamos com uma única pessoa ou um grupo de pessoas vindo a nosso encontro.

Ou seja, quando o espaço público está deserto ou semi deserto a sensação de insegurança tende a ser maior do que quando esse mesmo espaço está sendo utilizado, pois neste caso estamos, de certa forma, "protegidos" pelo olhar dos outros cidadãos. Esta teoria pôde ser comprovada através dos resultados de uma entrevista realizada com pessoas que transitavam pela região central de Bauru em diferentes circunstâncias, o que permitiu a elaboração dos gráficos a seguir:



Grafico 1: Resultado de entrevista realizada em horário comercial com base nas respostas dadas à seguinte questão: "Qual é sua sensação neste momento em relação à sua segurança pessoal?"



Grafico 2: Resultado de entrevista realizada no fim do horário comercial com base nas respostas dadas à seguinte questão: "Qual é sua sensação neste momento em relação à sua segurança pessoal?"



Grafico 3: Resultado de entrevista realizada em horário não comercial com base nas respostas dadas à seguinte questão: “Qual é sua sensação neste momento em relação à sua segurança pessoal?”

A partir da análise dos resultados obtidos verificamos que possivelmente o fato de as pessoas se sentirem mais seguras ou não, poderia estar relacionado com a presença de outras pessoas se auto vigiando visto que, o numero de pessoas que disseram estar se sentindo inseguras foi aumentando conforme a região na qual estavam foi sendo gradativamente desocupada.

Retomando a questão da psicanálise, podemos dizer que ao contrário da tendência intimista que pressupõe a idéia de que a coexistência de pessoas estranhas num dado local é prejudicial para a questão da segurança, Jane Jacobs (2000), afirma que o que ocorre na prática é justamente o oposto, uma vez que, uma rua que possua infra-estrutura para receber desconhecidos acaba se

tornando segura justamente devido à presença deles. De acordo com essa autora há algumas características que são essenciais para que isso aconteça.

Em primeiro lugar, deve haver uma separação nítida entre espaço público e privado, diferentemente da situação encontrada nos subúrbios e nos conjuntos habitacionais, por exemplo. A fim de darmos mais segurança aos espaços literalmente públicos, devemos delimitar claramente os limites das áreas que necessitam de vigilância e também, devemos garantir ao máximo a permanência de vigio mútuo. Um meio de se garantir essa situação é incentivando justamente a utilização de tais espaços.

Além disso, deve haver a garantia de existência de olhos que se voltem para a rua, pois quando os edifícios permitem a integração visual entre quem está do lado de dentro e quem está do lado de fora, acabam gerando a já mencionada situação de vigio, benéfica para todos. Para isso é necessário um número razoável de usuários transitando continuamente pelas calçadas pois, quanto maior a quantidade de indivíduos nas ruas, maior quantidade de olhos estará presente nelas e a isto, soma-se o fato de que a presença de pessoas tende a atrair ainda mais pessoas. Assim, uma maior quantidade de cidadãos será induzida a olhar para as ruas, uma vez que o movimento tende a nos chamar mais a atenção.

Correlacionando com a questão da psicanálise, o cidadão enquanto espectador passivo tende a contribuir pouco com a garantia da segurança do meio urbano. Isso por que espaços mais seguros são justamente aqueles em que há certo controle sobre o comportamento em público das outras pessoas, seja através de comentários, desaprovações e até mesmo intervenções. Para uma localidade ser relativamente segura, esse controle sobre o comportamento deve se estender para além de seus habitantes locais, devendo incluir também os desconhecidos que ali estão.

Em seu livro "Morte e vida de grandes cidades" Jane Jacobs diz:

"Uma boa vizinhança urbana consegue um equilíbrio e tato entre a determinação das pessoas de ter um mínimo de privacidade e seu desejo concomitante de poder variar os graus de contato, prazer e auxílio mantendo com as pessoas que rodeiam. Esse equilíbrio é em grande parte constituído de pequenos detalhes manejados com sensibilidade e aceitos e praticados de maneira tão informal que normalmente nem são percebidos."

O que ocorre na maioria das vezes é que tais características – de intervenção nas atitudes das outras pessoas e dos acontecimentos cotidianos - não correspondem ao perfil intimista do homem moderno que se comporta de maneira alheia a grande parte dos acontecimentos das cenas cotidianas. Assim, assumindo esse comportamento de mero espectador dos outros indivíduos, pode estar prejudicando a garantia da maior segurança em determinados casos.

Essa questão do olhar do cidadão tem relação direta com outro fator, que também tem a capacidade de conferir maior segurança ao ambiente urbano: a noção de "vitalidade". Dessa forma, quanto mais vitalidade determinada região apresentar maior será o número de pessoas se auto-vigiando, e consequentemente, maior será a sensação de segurança obtida neste local. Jacobs cita também outras características presentes na sua própria rua que são capazes de conferir maior vitalidade e consequentemente maior segurança.

"Nem todo o mundo nas cidades ajuda a tomar conta das ruas, e muitos moradores ou trabalhadores não tem consciência do motivo pelo qual seu bairro é seguro (...) Minha quadra, é bom explicar, é pequena mais possui extraordinária diversidade de construções, variando de prédios de apartamentos de diferentes épocas a casas de três ou quatro pavimentos convertidas em apartamentos de baixa renda, com estabelecimentos comerciais no térreo, (...)"(JACOBS, Jane, 2000).

Assim, de que forma poderíamos garantir maior vitalidade e maior possibilidade de vigio mútuo em regiões degradadas e sub-utilizadas, comumente encontradas em nossas cidades? Uma possível resposta seria: Garantindo-se a diversidade de usos e funções.

A chamada "morte noturna dos centros urbanos", por exemplo, tem uma explicação diretamente relacionada com a falta de diversidade de usos. Ao fim do horário comercial, as pessoas que se utilizam do comércio ou que ali trabalham acabam deixando esta região em rumo às respectivas residências. Com isso, há um grande esvaziamento da área, isto é, uma grande perda de sua vitalidade, justamente por que ali praticamente só há estabelecimentos comerciais. Portanto, uma maneira de se garantir maior vitalidade para as regiões centrais, principalmente aquelas que são tipicamente comerciais, é incentivando-se a diversidade de funções e de usos, através de algumas medidas como, por exemplo, a implantação de moradias.

Tal implantação pode ocorrer de diversas formas, sendo que a mais ideal para se otimizar a questão da segurança talvez seja a introdução de moradias por meio de verticalização espalhada. Um dos motivos desta escolha é que no caso, a verticalização é capaz de

garantir maior adensamento populacional, e conseqüentemente, maior vitalidade. Quando dizemos que esta implantação residencial além vertical deverá ser espalhada é no sentido de que aproveitaremos a própria configuração espacial dos edifícios para concretizar fisicamente uma verdadeira rede de segurança, criando aquilo que chamaremos de Sistema Integrado de segurança. A descrição e a esquematização deste modelo serão feitas adiante.

3.2: CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS DA OTIMIZAÇÃO DA SEGURANÇA URBANA

Tendo visto os principais itens que teoricamente são capazes de contribuir para com a otimização da segurança urbana – existência de olhos e auto-vigio, separação nítida entre espaço público e privado, diversidade de usos e funções, vitalidade, etc. – analisaremos agora a importância que essa questão apresenta em termos práticos, quando se trata da revitalização urbana de uma região. Assim, tentaremos provar que, quando um projeto de revitalização considera a otimização da segurança como sendo uma de suas principais diretrizes, todos os outros benefícios urbanísticos, sociais e econômicos acabam sendo obtidos de maneira praticamente automática, na medida em que, parecem fazer parte de um verdadeiro sistema cíclico.

Dentre os conceitos que podem estar associados a otimização da segurança urbana, podemos citar a noção de sustentabilidade. Nesse sentido, a importância ambiental segue uma lógica que pode vir a se expressar de diversas maneiras. Na medida em que aumentamos a segurança do espaço público estamos indiretamente incentivando sua utilização de modo mais efetivo e até mesmo permanente, e com isso, acabamos por encorajar novos grupos a vivenciá-lo, mesmo que só de passagem.

Dessa forma, a maior vitalidade nas ruas também representa maior vigio mútuo, o que acaba induzindo algumas pessoas a se sentirem mais a vontade para a realização de certos trajetos a pé, sem a necessidade de “se protegerem” através de seus respectivos meios de transporte. Assim, os benefícios ambientais nesse caso, são obtidos, por exemplo, através da diminuição do uso do automóvel e sua substituição por meios de transportes alternativos, como as bicicletas. Dessa forma, cada vez mais pessoas seriam atraídas para vivenciar o meio urbano, o que equivale a dizer que cada vez mais e mais pessoas estarão contribuindo para a garantia de maior segurança urbana. O fato de haver um número maior de cidadãos se policiando, possivelmente poderia vir a incentivar a redução do lixo em locais públicos, ao mesmo tempo em que desencorajaria a depredação desses mesmos espaços. Portanto podemos dizer que espaços mais seguros poderiam representar sustentabilidade tanto em termos ambientais quanto financeiros.

Em se tratando de economia, a questão da segurança pública toma dimensões impressionantes. Na contabilidade dos custos da criminalidade existem os custos diretos e os custos indiretos. Os custos diretos são bens e serviços públicos ou privados que atuam no tratamento e na prevenção da criminalidade, por exemplo, gastos no sistema de justiça criminal, encarceramento, serviços médicos de atendimento às vítimas e emergências, serviços sociais e proteção de residências. Já os custos indiretos se referem à perda de

investimentos que deixam de ser captados em função da existência da criminalidade e do envolvimento de vítimas e agressores nestas atividades. Os custos sociais e políticos da criminalidade podem ser avaliados em termos da incidência de doenças mentais e incapacidade física, mortes resultantes de homicídios e suicídios, alcoolismo e dependência de drogas lícitas e entorpecentes, desordens depressivas. Os custos políticos são mensurados na erosão do capital social, transmissão da violência entre as gerações, redução da qualidade de vida e comprometimento do processo democrático.

Não discutiremos aqui toda a estrutura política e administrativa que envolve essa questão, apenas ressaltaremos algumas das principais vantagens que cidades mais seguras representam em termos financeiros. Como se sabe, é muito mais lucrativo e interessante se aplicar os investimentos em atitudes preventivas do que reparadoras principalmente em se tratando de um país subdesenvolvido como o nosso, no qual o sistema penitenciário além de ser extremamente oneroso para os cofres públicos tem se mostrado não muito eficiente.

As quantias gastas com sistemas e métodos de segurança são assustadoras e isso vem sendo cada vez mais recorrente não somente entre os mais ricos, visto que, o problema tem afetado também as classes mais pobres. Infelizmente em muitos casos as perdas não se limitam aos bens materiais e atingem a própria vida de vítimas, muitas vezes, inocentes. O ponto em que queremos chegar é que, em cidades mais seguras os prejuízos para o cidadão comum tendem a ser menores, seja no sentido de que não estariam tão sujeitos a danos provenientes da violência, ou no sentido de que o sistema penitenciário não lhe sugaria tantos impostos, que por sua vez, poderiam ser empregados na prevenção do crime, seguindo a lógica do filósofo Pitágoras que em sua obra "*Prevenção e Repressão da Criminalidade*", disse:

"(...) eduquem-se as crianças e não será necessário castigar os homens".

Dessa forma, ao invés de se investir nesse sistema penitenciário tão precário no qual, como se sabe, dificilmente os presos possuem chances reais de serem reabilitados e reintroduzidos de maneira digna na sociedade, seria muito mais interessante investir os recursos públicos em programas preventivos de combate ao crime e defesa do cidadão, bem como, para o reforço da vigilância urbana como um todo.

Analisando a questão da segurança sob outro aspecto, também não é nenhum exagero pensarmos que cidades seguras são ambientes mais saudáveis, nos quais as pessoas possuem maior qualidade de vida. Como já foi dito, nelas os indivíduos são estimulados a fazer exercícios físicos, o que significa muitas vezes um estímulo ao abandono do automóvel e consequentemente diminuição dos problemas de trânsito e dos altos índices de poluição. Nas cidades mais seguras, os cidadãos não vivem de forma tão constante a tensão e o stress ocasionados pelo medo da violência e do crime, e com isso, são poupados também de muitos aborrecimentos e problemas emocionais. Seguindo esse raciocínio podemos tratar a questão da insegurança urbana como sendo também um problema de saúde pública.

Voltando a questão da vitalidade e as maneiras de se garanti-la, principalmente por meio do adensamento populacional das regiões menos diversificadas, nos deparamos com outros benefícios. Do ponto de vista urbanístico, as regiões mais adensadas são vantajosas no sentido de que representam uma maior quantidade de pessoas usufruindo dos mesmos equipamentos e dos mesmos benefícios de infra-estrutura. Assim, há um maior aproveitamento dos investimentos que ali são empregados. Portanto, além de contribuir com a otimização da segurança urbana, espaços adensados contribuem com a otimização dos investimentos, principalmente os de caráter público. Nesse sentido, há maior possibilidade da sobra desses recursos serem direcionados para outros setores, inclusive o da própria segurança.

Situação oposta ocorre nas já mencionadas "cidades esparramadas". Nelas os investimentos se estendem por longas porções territoriais beneficiando uma quantidade menor de pessoas, visto que, geralmente são espaços pouco adensados e que possuem grandes áreas ociosas. Justamente por isso, são espaços que tendem a gerar maior insegurança e desperdício de dinheiro público que poderia ser investido em ações sociais, por exemplo. Portanto, cidades mais adensadas tendem a ser mais seguras e mais vantajosas sob vários aspectos, inclusive político/ administrativo e econômico.

Entim, as cidades mais seguras são mais vantajosas sob inúmeros aspectos. Nelas há melhor aproveitamento dos recursos que assim podem ser redirecionados para outras benfeitorias sociais. Um exemplo é a criação de habitações sociais em regiões degradadas e pouco adensadas com o intuito de se resolver o problema de acesso à moradia pelos mais pobres ao mesmo tempo em que se contribui com a segurança urbana, como já foi descrito anteriormente. Regiões mais seguras tendem a atrair mais investidores, o que acaba gerando uma valorização do próprio solo urbano local. Valorizando-se a região, maiores serão as arrecadações que por fim,

poderão ser revertidas em benefícios para a própria população local, que por sua vez, vendo-se beneficiada, se sentirá ainda mais estimulada a permanecer ali.

Tudo isso compões portanto, um verdadeiro sistema cíclico de benefícios que infelizmente, parece não ser notado e nem levado em consideração na maioria dos projetos urbanísticos de revitalização urbana. O urbanismo moderno é fundamentado basicamente no princípio de homogeneização obtida principalmente através da função única. Tal conceito vem expresso fisicamente nas cidades através da setorização de usos cada vez mais rigorosa. Essa busca pela setorização no planejamento urbano tomou força por meio das idéias dos descentralizadores, que tentaram organizar a situação considerada "caótica" que a heterogeneidade das cidades representava.

"As pessoas [os descentralizadores] que queriam sinceramente fortalecer as cidades grandes acabaram adotando as receitas nitidamente arquitetadas para destruí-las" (JACOBS, JANE 2000).

Um dos ingredientes dessa receita do urbanismo contemporâneo é a celebração da vida comunitária, conceito que já foi descrito anteriormente sob o ponto de vista psicanalítico. Assim, esse senso de "coletividade restrita" desencoraja a prática efetiva da civilidade pois acaba se expressando não somente através da segregação emocional, mas também, na própria segregação física. Se, para obtermos cidades mais seguras devemos incentivar a vitalidade, principalmente através da diversidade, o que dizer desse planejamento urbano contemporâneo que, na busca pela homogeneização, acaba segregando não somente as funções como também os próprios cidadãos?

Partiremos das premissas de Richard Sennet que diz que o contato com desconhecidos é favorável à garantia de maior segurança urbana, considerando que as pessoas só podem crescer, psiquicamente falando, através de processos de encontros e desencontros com aquilo que ainda não conhecem.

Dessa forma, seguiremos uma linha de exercício projetual que tentará potencializar a ocorrência destas situações no ambiente urbano, questionando portanto, as noções urbanísticas atuais de homogeneização e segregação.

Além disso, seguiremos o pressuposto de que para obtermos cidades mais seguras devemos incentivar o uso dos espaços públicos, a começar pelas próprias calçadas. Mas, como encarar esse tipo de planejamento urbano que parece privilegiar antes de mais

nada o uso do automóvel? A solução para esta questão dificilmente será encontrada no decorrer do presente trabalho, porém, nada impede a busca por alternativas que não se limitem ao tipo de transporte adotado, mas sim, que questionem o próprio modelo de vida adotado principalmente nas médias e grandes cidades.

Em relação aos espaços públicos, obviamente não são utilizados da maneira como eram antigamente, mesmo porque, os costumes, as relações sociais e econômicas também já não são mais como eram. Assim, há uma certa incoerência em continuarmos projetando espaços públicos da maneira como eram concebidos há 50 anos nos dias de hoje, onde as próprias relações de interação social foram alteradas. No que diz respeito à segurança urbana, devemos tentar otimizar ao máximo esse "novo conceito" de espaços públicos interiorizados de forma a garanti-la para toda a cidade. Daí a importância, por exemplo, do surgimento de vários tipos de parcerias (entre o poder público e privado; privado e comunitário, etc.) para lidar com o problema da insegurança considerando as peculiaridades da vida pública contemporânea.

Seria no mínimo um erro de projeto revitalizarmos uma área pública tentando desprezar essa tendência atual na qual as pessoas estão preferindo freqüentar os enclaves fortificados e evitando o contato nas ruas. Frente essa nova tendência de enclausuramento, devemos tirar o máximo de proveito dessas "novas estruturas" não apenas para garantir a segurança daqueles que tem acesso às mesmas, mas sim, incentivar a garantia da sociedade como um todo.

O que se verifica na prática, portanto, é que o planejamento urbano atual parece estar indo em direção contrária à ideal, quando analisado sob vários aspectos como é o caso da questão da segurança urbana. Tentaremos mostrar que se seguirmos outros caminhos, desbravando outros métodos de se projetar, talvez tenhamos resultados mais satisfatórios em termos práticos. Para isso, tentaremos desenvolver aquilo que chamaremos de "Sistema Integrado de Segurança Urbana", ou SIS.

4. SIS - SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA

Faremos a proposição de um sistema de segurança que seja baseado principalmente no policiamento social, que por sua vez, será fundamentado na integração. Esta integração poderá ocorrer sob diferentes aspectos, ou seja, de maneira física e visual, comunicativa e tecnológica, política e financeira e até mesmo, relacional. Para facilitar a descrição de tais itens, contaremos com ilustrações provenientes de um modelo de cidade hipotética na qual o SIS já estaria sendo aplicado. A seguir temos um breve detalhamento da composição urbanística e arquitetônica de nove "quarteirões" dessa cidade modelo.



Imagem 4: Esquema em planta de uma cidade hipotética na qual seria aplicada o SIS - Sistema Integrado de Segurança.

A seguir temos ilustrações que representam o detalhamento de cada um desses nove bairros assinalados na imagem anterior, lembrando que fazem parte de uma composição hipotética.

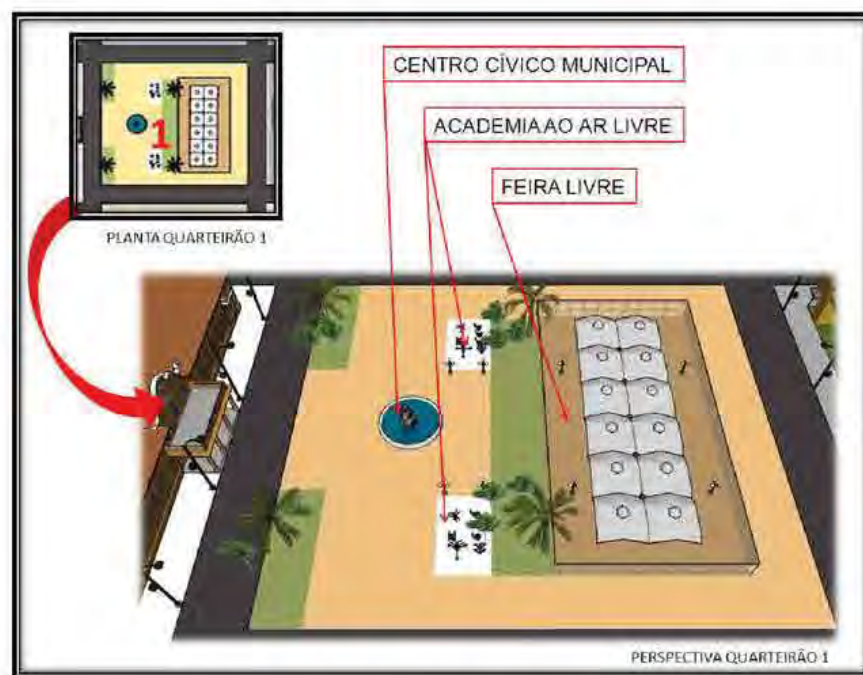


Imagem 5: Composição do "bairro 1" da cidade hipotética.

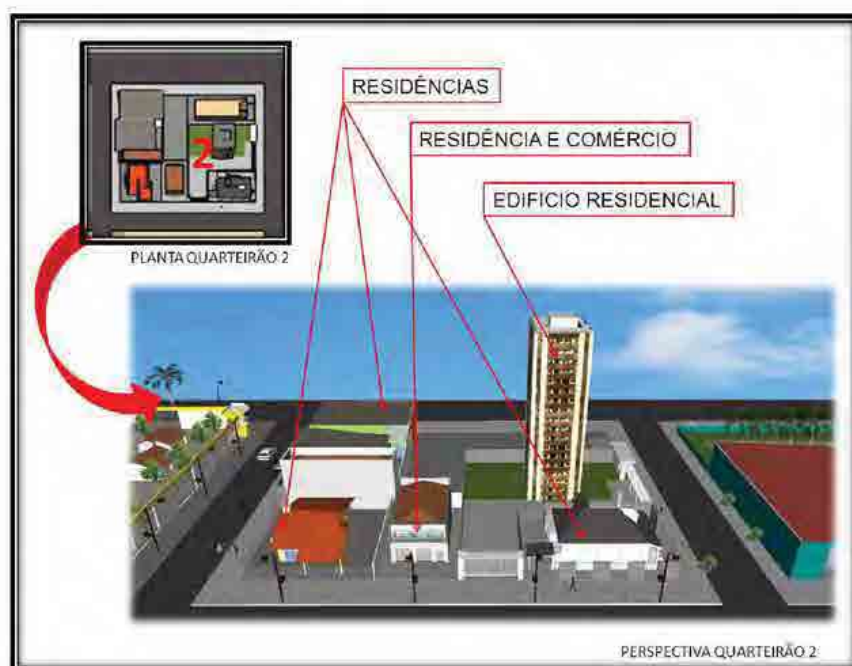


Imagem 6: Composição do "quadrado 2" da cidade hipotética.



Imagem7: Composição do “quartirão 3” da cidade hipotética.

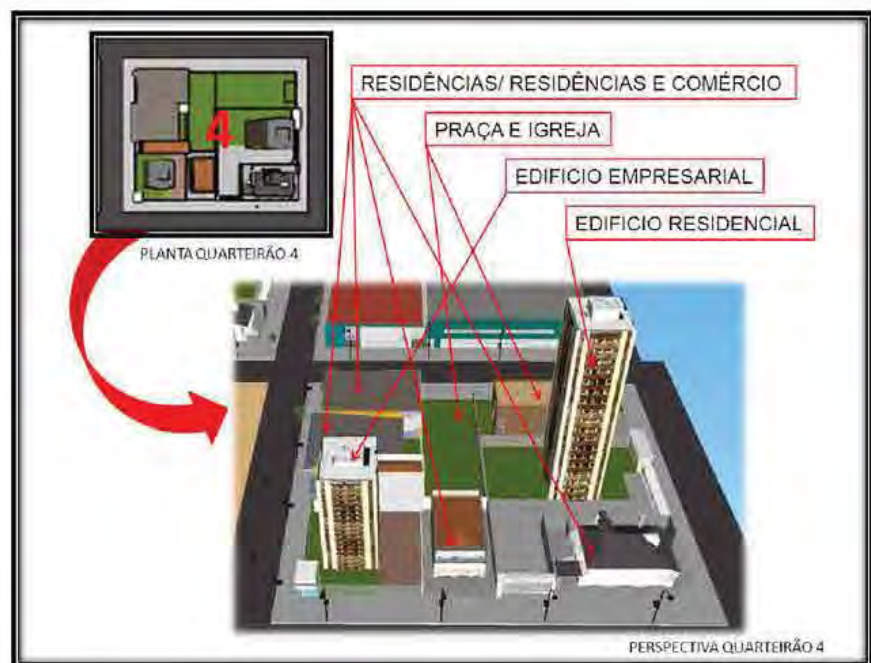


Imagem 8: Composição do "quartirão 4" da cidade hipotética.



Imagem 9: Composição do "quartirão 5" da cidade hipotética.

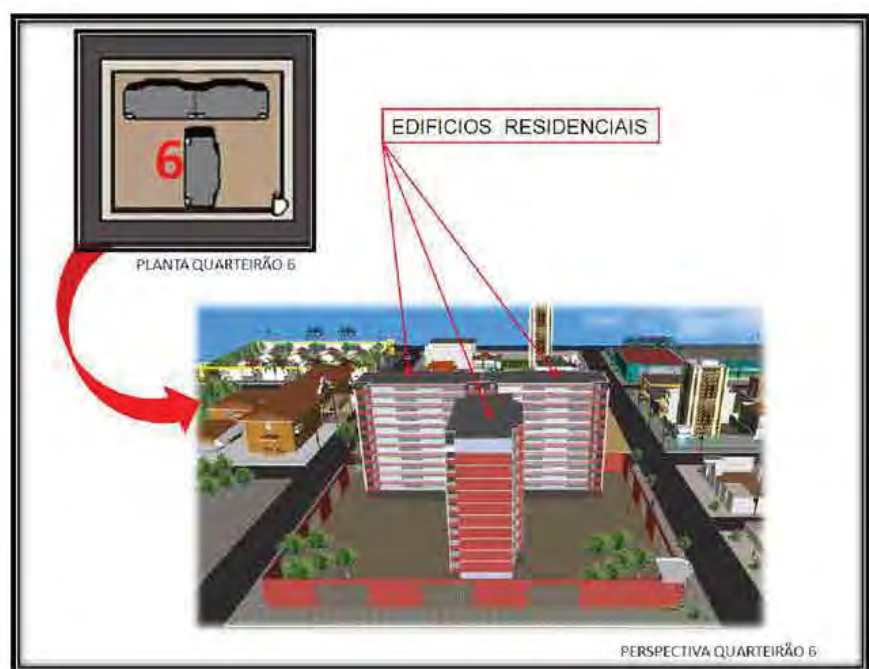


Imagem 10: Composição do “quartirão 6” da cidade hipotética.

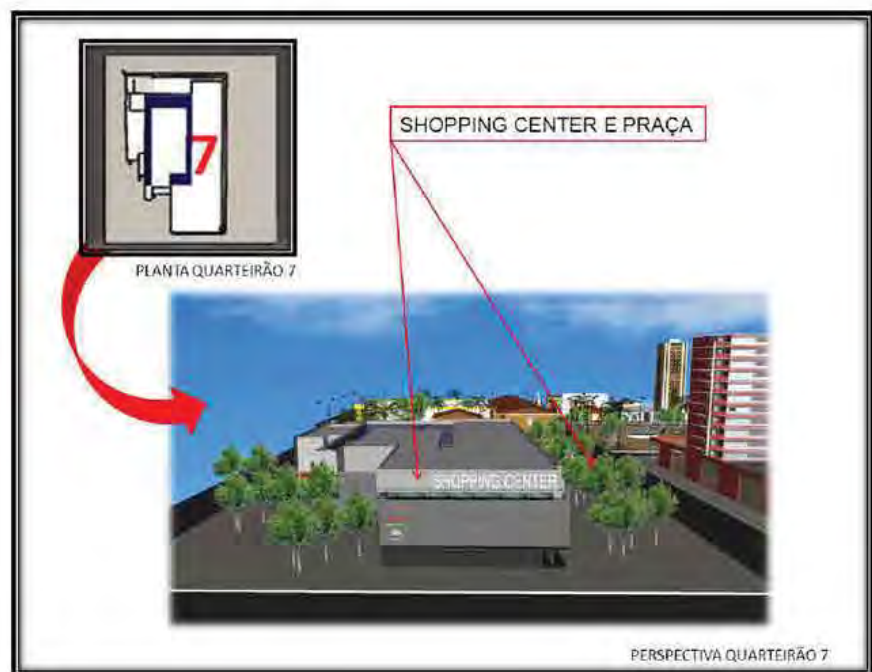


Imagem 11: Composição do "bairro 7" da cidade hipotética.



Imagem 12: Composição do “quartirão 8” da cidade hipotética.

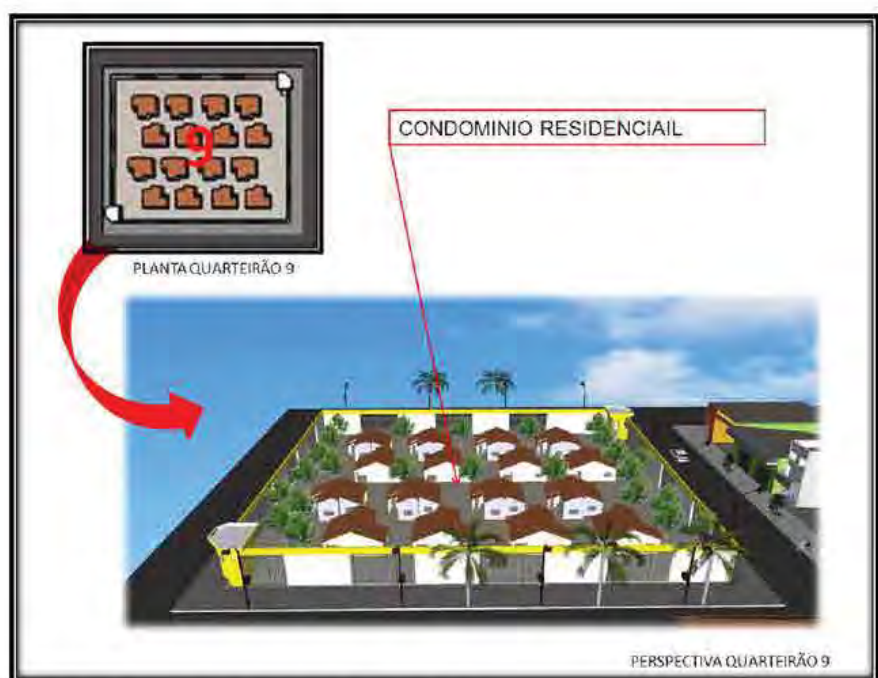


Imagem 13: Composição do "quarteirão 9" da cidade hipotética.

4.1: INTEGRAÇÃO POLITICA, FINANCEIRA E RELACIONAL

Considerando a insegurança urbana como sendo um problema comum a todos os cidadãos, a forma de lidar com essa questão também não deve ser diferente. Para o funcionamento do SIS, além dos vários tipos possíveis de integração, é essencial a união de forças através de parcerias e associações, por exemplo. Assim, tentaremos mostrar que é extremamente viável a integração entre as diferentes classes sociais e entre as diversas categorias políticas e econômicas que normalmente fazem parte da composição de uma cidade.

Em uma rua com diversidade de usos e funções é comum encontrarmos um cidadão buscando maior segurança para sua casa e sua família, ao mesmo tempo em que encontramos alguns comerciantes e empresários tentando proteger seus respectivos empreendimentos; da mesma forma que vemos entidades e organizações, tanto públicas quanto privadas (como escolas, creches e instituições), tentando manter seguros os seus patrimônios.

Assim, essa integração política, financeira e relacional consistiria no estreitamento das relações entre todos esses cidadãos que estão à procura de garantir sua própria segurança a fim de incentivá-los a contribuir para com a manutenção da segurança geral. Daí o termo integração relacional, que por sua vez, também poderá vir acompanhada pela integração política na medida em que pode ser capaz de incentivar o estabelecimento de acordos entre os poderes públicos e privados, por exemplo. Tanto a integração relacional quanto a política também poderão estar acompanhadas pela integração financeira e são inúmeras as possibilidades de coexistência desses três tipos de integração.

No caso da ocorrência da integração relacional e financeira se dando entre os cidadãos comuns, por exemplo, os moradores de uma mesma região poderiam ser estimulados a contribuir com um caixa comum, cujas reservas estariam destinadas a implantação e manutenção do SIS. Todos os membros teriam acesso a esclarecimentos a respeito da movimentação financeira, e fariam parte de uma espécie de "Associação Local de Segurança" na qual, além dos assuntos econômicos, seriam discutidos assuntos de ordem teórica e prática sobre o tema.

No caso da integração política estar sendo acompanhada pela integração financeira, por exemplo, podemos mencionar as situações nas quais os poderes públicos e os privados estariam integrados. Assim, caberia ao primeiro beneficiar aqueles edifícios que

disponibilizarem seus guardas, seus equipamentos de segurança e as próprias guaritas para fazerem parte da estruturação do SIS. Dessa forma, o poder público poderia se responsabilizar por descontos no IPTU, auxiliar na manutenção dos equipamentos de segurança e até mesmo propor incentivos salariais para os guardas e vigias particulares que participarem do sistema. Em troca, poderia contar com a ajuda desses mesmos guardas e ainda, poderia de certa forma disponibilizar para a rede pública os equipamentos de segurança que até então se encontravam "particularizados".

Tudo isso estaria reforçando tanto a estrutura da segurança particular quanto da própria segurança pública, visto que, colaboraria com a atuação policial ao trazer um aumento considerável no raio de abrangência da vigilância local, dentre outras vantagens. Ao ver que a integração entre os poderes, sob os variados aspectos, é realmente capaz de trazer resultados positivos, os comerciantes, as instituições e os cidadãos comuns também se sentiriam motivados a participar desse sistema. Cada um disponibilizaria para o SIS os meios que já possuem para garantir sua segurança própria, ou seja, todo o "aparato" de equipamentos de segurança particular estaria à disposição da coletividade através da integração com a rede pública de vigilância. Tudo isso lembrando que além dos incentivos fiscais diretos, todos estariam sendo beneficiados pelas vantagens econômicas indiretas pois, os gastos com segurança e os prejuízos gerados pela insegurança seriam reduzidos.

Tornando-se mais segura, a região torna-se mais valorizada, e isso é extremamente interessante para os proprietários locais e para o próprio poder público que, como forma de compensar os recursos em segurança ali empregados anteriormente pode tirar vantagens da redução dos gastos com policiamento e apreensões. Além disso, a introdução e a implantação do SIS pode vir acompanhada pela criação de uma legislação específica que seja capaz de legitimar tais benefícios e que também seja capaz de punir aqueles que não contribuem para com o funcionamento do sistema.

As cidades diversificadas além de serem potencialmente mais seguras por apresentarem maior vitalidade, são as mais aptas a receber a introdução do SIS, pois, as possibilidades de integração entre diferentes classes e categorias são maiores. Relacionando tudo isso com a questão da psicanálise, concluímos que o SIS também é extremamente benéfico para as relações sociais e psicológicas pois, de certa forma, incentivaria os cidadãos a se unirem em torno de um objetivo comum, diferentemente do que tende a ocorrer nas comunidades destrutivas, que geralmente são mais moralistas do que ideológicas. Como já foi dito, nestas comunidades todos

geralmente estão mais preocupados em saber “quem são” e “a que grupo pertencem”, ao invés de se preocuparem com questões mais objetivas, como no caso da segurança urbana.

Assim, essa integração política, financeira e relacional consistiria no estreitamento das relações entre todos, ou seja, entre os poderes públicos e privados, entre as entidades institucionais e os cidadãos comuns e assim por diante. Como já foi dito, há uma infinidade de arranjos possíveis de ocorrência para esses tipos integração, se dando simultaneamente ou não, porém, devem respeitar sempre as particularidades de cada caso e de cada região. A próxima imagem é um esquema que tenta representar a ocorrência desses três tipos de integração se dando, no caso, em nossa cidade hipotética.

Imagem 14: Esquema da integração política, relacional e possivelmente financeira ocorrendo entre as guaritas de nossa cidade hipotética.



4.2: INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA E COMUNICATIVA

A preocupação com a insegurança se manifesta quase sempre de forma concreta, seja na criação de muros e grades; na instalação de sofisticados equipamentos de segurança como cercas elétricas, alarmes e câmeras de monitoramento; na criação de guaritas de vigilância; contratação de guardas particulares, dentre uma infinidade de outros métodos.

Como já foi dito, perante a tais características, essa rede buscaria integrar todos esses sistemas de proteção pré-existent, que de certa forma encontram-se "particularizados", para tentar garantir a segurança de todo o espaço urbano. Para isso, poderia se integrar as redes particulares entre si, que por sua vez, também poderiam ser integradas às redes públicas, de forma que uma daria subsidio e complementar o papel da outra. A próxima imagem esquematiza a maneira como esse tipo de integração poderia ocorrer em nossa cidade hipotética.

Imagem 15: Esquema da integração tecnológica e comunicativa na cidade hipotética.



Essa integração é extremamente importante, pois, é ela que permitirá uma reação rápida frente a constatações de atos de violência e desordem. Tomemos como exemplo uma situação em que uma pessoa tenha sido assaltada em uma praça pública, que por sua vez, seja monitorada tanto pelos órgãos públicos quanto pelas entidades individuais como as guaritas daquela região, por exemplo. Como toda a rede de monitoramento estará interligada entre si, teremos maior quantidade de olhos "virtuais", digamos assim, vigiando a rua. Dessa forma, é muito mais provável que algum desses vigilantes virtuais constata a cena do crime. Feito isso, ele poderá, através do monitoramento por imagens obtidas em tempo real, perseguir todo o percurso do assaltante, ao mesmo tempo em que estará fazendo o contato com os vigilantes das respectivas áreas pelas quais o fugitivo estiver passando. Com isso, caso o assaltante consiga extrapolar determinada área de abrangência do monitoramento daquele local do crime, a próxima região de monitoramento já estará consciente que a localização do mesmo se encontra sob seu domínio.

Assim, enquanto os vigilantes estão se comunicando, a polícia ou os órgãos competentes já estarão se deslocando com uma localização exata do indivíduo, o que facilitará em muito a agilidade da apreensão pois toda a estrutura de articulação do SIS permitirá acionar as forças policiais específicas daquela região. O mesmo esquema de acionamento poderá ocorrer perante a qualquer situação de violência quando uma casa estiver sendo invadida ou quando um espaço público estiver sendo depredado.

Vale mencionar que todo esse esquema de funcionamento é muito semelhante com práticas que já vêm ocorrendo na realidade e como já foi dito, não deixa de ser fundamentado na prática do policiamento social. Em bairros de muitos centros urbanos já existe um esquema de integração da segurança improvisado por muitos moradores. Assim, quando há algo suspeito acontecendo nas ruas, os habitantes fazem usos de apitos como método de alerta, ou seja, um vizinho, ao ouvir o apito do outro, repassa o sinal para aquele que talvez não esteja ouvindo, e assim sucessivamente. Isso configura um verdadeiro esquema de "alarme urbano" e tem se mostrado como sendo muito eficiente na garantia da segurança local.

Parce um tanto irônico, mas é comum encontrarmos esquemas semelhantes de comunicação de alerta entre os próprios traficantes. Nas favelas, por exemplo, os "vigilantes" ficam estrategicamente posicionados a fim de monitorar a área. Quando a polícia se aproxima ou tenta adentrar na região, usam fogos de artifícios, disparos sucessivos e outros artifícios para alertar os outros criminosos.

Por fim, a integração comunicativa mostra-se como sendo algo fundamental para a garantia da segurança urbana e essa é uma prática usada desde há muito tempo atrás, como no caso dos fortes medievais, nos quais, a comunicação era praticamente a base de todo o esquema de defesa.

Voltando a nossa cidade modelo, as próximas imagens ilustram a possível união dos "aparatos" tecnológicos já existentes, tanto os de caráter público quanto ao particulares, com aqueles que poderiam vir a existir a fim de complementar a integração desse sistema comunicativo e de monitoramento.

Imagem 16: Esquema da integração tecnológica e comunicativa na cidade hipotética.





Imagem 17:
Esquema da integração tecnológica e comunicativa na cidade hipotética

Assim, o SIS

faria uso da tecnologia para assegurar o monitoramento de praticamente todo o ambiente urbano e para potencializar a comunicação entre os membros da rede. Dessa forma, o sistema de comunicação e tecnologia seria capaz de inter-relacionar as guaritas de dois prédios de uma mesma rua, que por sua vez, também poderiam se comunicar com a guarita de uma escola do quarteirão vizinho e com a rede de vigilantes móveis. Tais vigilantes também permaneceriam em contato com os guardas particulares que atuariam nas empresas

e instituições, e assim sucessivamente. Por fim, todos pertenceriam a outras redes maiores, possivelmente compostas por policiais e entidades competentes, formando uma espécie de hierarquia.

Como já foi dito, tudo isso reforçaria o papel da própria polícia que por sua vez, daria todo auxílio e suporte para o funcionamento desse sistema. Assim, ele seria altamente benéfico para todas as partes, pois, representaria o aproveitamento máximo de toda essa estrutura de segurança que já é existente, e incentivaria o surgimento de novos investimentos e inovações nesse setor. Outro tipo de integração é a física e visual, poderá vir associada a todos esses outros tipos descritos até então e que também farão parte do SIS.

4.3: INTEGRAÇÃO FÍSICA E VISUAL

A integração física e visual estaria baseada principalmente na disposição das edificações (guaritas, recuos, tipologia de janelas dos muros e portões, etc.). Além disso, estaria aliada aos outros sistemas de integração descritos anteriormente, principalmente no que diz respeito aos meios de comunicação (comunicação visual, telefônica, internet, via rádio, satélite, monitoramento, etc.).

Muitos alegam que a onda tecnológica contribuiu para a decadência dos espaços e da vida pública uma vez que, está se tornado cada vez mais comum o “encontro” de pessoas nos ambientes virtuais, como chats e sites de relacionamento, seguido pelo abandonando do hábito de se encontrarem nas praças e parques, por exemplo, como acontecia há pouco tempo atrás. Porém, nosso sistema de integração propõe justamente o oposto, pois, usará a tecnologia para garantir maior segurança aos espaços públicos incentivando novamente a utilização dos mesmos. A próxima imagem é um esquema que representa o sistema de integração física e visual ocorrendo em nossa cidade.

Imagem 18: Esquema da integração física e visual na cidade hipotética.



Já a próxima imagem ilustra a ocorrência de todos os tipos principais de integração que compõem o SIS, se dando simultaneamente em nossa cidade hipotética.

Imagem 19: Esquema dos principais tipos de Integração do SIS ocorrendo



simultaneamente na cidade hipotética.

4.4: DIRETRIZES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS

A seguir teremos perspectivas que também foram extraídas de nossa cidade hipotética a fim de ilustrar as principais diretrizes arquitetônicas e urbanísticas que devem ser adotadas na revitalização de uma região, principalmente quando o foco maior é a otimização da segurança urbana através da implantação do SIS. Portanto, seguem os principais itens que devem ser levados em consideração:

4.4.1 - Permeabilidade visual e Impermeabilidade Física

Como já foi dito, de acordo com Jane Jacobs, deve haver uma nítida separação entre espaços públicos e privados ao mesmo tempo em que deve haver olhos na rua e voltados para ela, garantindo o vigio mútuo. Para que isso seja possível é necessário, obviamente, que exista permeabilidade visual. Além disso, para possibilitarmos o surgimento de espaços urbanos mais seguros, deve haver também a impermeabilidade física. Isso por que, segundo essa mesma autora, a rua deve estar bem estruturada para lidar e receber pessoas estranhas, tirando proveito da presença dessas pessoas, bem intencionadas ou não.

Um exemplo extraído de nossa cidade hipotética está presente na próxima imagem. Nela temos uma feira livre delimitada por uma barreira metálica, tipo grade vazada, que garante a permeabilidade visual entre quem está do lado de dentro e do lado de fora, ao mesmo tempo em que confere impermeabilidade física pois, possibilita que o acesso seja restringido quando necessário, ou seja, nos períodos em que a feira não está acontecendo. Isso evita, por exemplo, a depredação e o uso indevido deste espaço.



Imagem 20: Relação entre os bairros 1 e 9 da cidade hipotética:

As imagens seguintes também são casos que delimitam fisicamente os espaços particulares e os públicos ao mesmo tempo em que permitem integração visual entre ambos. A **Imagem 19** ilustra a vista que se tem da rua pelo lado de dentro de um condomínio fechado. Já a **Imagem 20**, corresponde à vista do lado de fora desse mesmo condomínio.



Imagem 21: Relação entre os bairros 7 e 8 da cidade hipotética.

Dessa forma, verificamos que algumas medidas relativamente simples são capazes de conferir maior segurança ao ambiente urbano. Devemos evitar, sempre que possível, que as fachadas e paredes cegas estejam voltadas para a rua, e além disso, ao invés de optarmos por muros e portões fechados devemos escolher grades e portões vazados por que estes permitem a permeabilidade visual.

Os muros que cercam casas e prédios, munidos ou não de cercas elétricas, e especialmente aqueles que são voltados para a calçada, são extremamente contraditórios. O que se verifica é que tudo aquilo que eles representam e que tentam preservar – segurança, privacidade, isolamento, etc. – muitas vezes acaba caindo por terra na medida em que essa função é invertida. Como já foi dito, ao invés de se proteger quem está do lado de dentro, acreditam os especialistas, os muros acabam isolando os moradores e, conseqüentemente, também eventuais invasores, além de transformar a rua em um território de ninguém.

Uma pesquisa feita pela Polícia Militar do Paraná revela que assaltantes preferem casas com muros. O levantamento foi realizado na cidade de Curitiba e, segundo seu autor, o Coronel Roberson Luiz Bondaruk, pode ser aplicado a todos os centros urbanos do país. Os resultados comprovam que das 300 casas que foram assaltadas na cidade, 60% eram cercadas por muros altos enquanto que as outras tinham grades ou portões. Entre as 300 assaltadas, nenhuma era aberta para a rua. Além de entrevistar moradores, a pesquisa também se baseou no depoimento de detentos: 71% dizem preferir assaltar casas com muros de até 2 metros, e 54% afirmam que muros ocultam melhor a ação, em outras palavras, ironicamente, os assaltantes também se sentem mais "seguros" devido a presença de muros. De acordo com o autor da pesquisa:

"O muro protege o invasor depois que ele entrou na residência. Há casos de assaltantes que passam até o fim de semana lá dentro, fazendo os donos da casa de reféns. E, de fora, ninguém percebe nada, nem tem como perceber." (BONDARUK, Roberson Luiz.)

Esse assunto mostra-se persistente entre grande parte dos arquitetos e urbanistas. O Arquiteto e urbanista Héctor Vigliecca, autor de vários projetos urbanos da cidade de São Paulo acredita que:

"Muros são um sintoma da nossa ignorância. É como o avestruz, que colocá a cabeça dentro de um buraco para se esconder." (...)
"Qualquer policial sabe que, para se defender, você precisa saber onde está seu inimigo. E, para defender um território privado, antes de mais nada, você precisa defender o território público. Para isso você tem que 'ocupar', ver e tomar conta do espaço público, da rua. Da sua casa você precisa enxergar o que está acontecendo na rua, chamamos isso de policiamento social".

É justamente esse policiamento social que fundamentará a implantação do nosso SIS, conforme descrito anteriormente. Por outro lado, há um posicionamento que tenta, de certa forma, justificar a escolha e a permanência de muros ao invés de grades e elementos vazados, como é possível notar através de discursos semelhantes ao do diretor técnico da construtora e incorporadora Tecnisa, Fábio Vilasboas, que argumenta:

"(...) São "probleminhas" como o do jornal roubado que delegam aos muros alguma eficiência (...) os muros evitam roubos pequenos e também fazem com que moradores de condomínios ou casas não sejam vistos por quem passa na rua. Em uma cidade grande, quem é visto, em geral, sente-se exposto". (VILASBOAS, Fábio)

Segundo o engenheiro, todos os condomínios construídos pela Tecnisa são cercados por muros, exceto na entrada, que, em geral, tem grades e portão em sistema de clausura - aqueles com duas portas, que prendem temporariamente o visitante. Ele alega ainda, que em muitas das vezes nas quais a empresa opta pela implantação de grade, os próprios proprietários pedem para que sejam substituídas por muros, e isso ocorre por diversas razões. Um dos motivos é que as pessoas não querem ser vistas e principalmente, não querem mostrar que vivem em um lugar de alto padrão. Outro argumento é a necessidade que os moradores possuem em se isolar acusticamente, principalmente nos empreendimentos localizados à beira de vias de grande movimento.

O que nos parece é que quando os cidadãos não estão envolvidos por muros, de certa forma se sentem mais expostos e vulneráveis e essa sensação, segundo Regina Meyer, professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU da USP deveria ser repensada em benefício da cidade e de seus bairros.

"Se os moradores querem se isolar da rua, eles perdem muita coisa. Desconectam-se de uma noção de vizinhança. O bairro é demolido pelo muro. A vigilância poderia ser feita pelos próprios moradores, que tomariam conta uns das casas dos outros". (MEYER, Regina)

Essa linha de raciocínio também salienta a importância no policiamento social na garantia da segurança urbana. Podemos dizer que praticamente todas as diretrizes que descreveremos aqui estão relacionadas entre si. Frente a essas principais características de

permeabilidade e impermeabilidade, podemos definir um segundo item praticamente subsequente, que também deve ser levado em consideração nos projetos de otimização da segurança.

4.4.2 - Iluminação adequada

Ao falarmos sobre a necessidade de permeabilidade visual torna-se necessário adentrarmos na questão da iluminação. Ainda de acordo com Jane Jacobs, 2000:

“A boa iluminação é importante mas, não se pode atribuir apenas a escuridão a enfermidade grave e funcional das áreas apagadas, a grande Praga da Monotonia”.

Assim, a autora considera que a iluminação é um fator importante na medida em que ela é capaz de gerar certo conforto às pessoas que precisam andar nas ruas ou que gostariam de andar, ou ainda, àquelas que não fariam isso se não apresentassem boa iluminação. A justificativa de Jacobs é que, dessa forma, as luzes induzem os cidadãos a contribuírem com seus olhos para a manutenção e vigilância da rua e ainda, que uma boa iluminação amplia em muito o alcance que cada par de olhos pode ter. Dessa forma, consideraremos essencial a existência de uma boa iluminação que esteja voltada para o pedestre, diferentemente do que ocorre em muitas situações reais aonde a iluminação pública, principalmente, enfatiza o leito de circulação dos veículos. Quando necessário, esses dois tipos de iluminação podem vir associados em um mesmo poste, por exemplo, com uma luminária mais baixa, na escala de quem está na calçada (principalmente quando há muitas árvores) e outra mais alta, direcionada para as ruas. Tudo isso deve ser feito lembrando que, no entanto, uma boa iluminação por si só não contribui em nada para com a segurança urbana local e isso ocorre por que:

“(...) as luzes não tem efeito algum se não houver olhos e não existir no cérebro por detrás dos olhos a quase inconsciente reconfirmação do apoio geral na rua para a preservação da civilidade. Quando não há olhos atentos podem ocorrer crimes horrendos em público, e ocorrem nas bem

iluminadas estações do metrô. Quase nunca ocorrem crimes em salas de espetáculos escuras, onde muitas pessoas e muitos olhos estão presentes. As luzes da rua podem ser comparadas aquela famosa pedra que cai na areia do deserto onde não há ouvidos para ouvir. Será que faz barulho? Sem olhos atentos para enxergar, a luz ilumina? Para fins práticos, não." (JACOBS, Jane, 2000)

No caso de nossa cidade hipotética, os postes de iluminação cuja localização é estratégica, serão dotados de câmeras de monitoramento além de contarem com esses dois tipos de luminárias, uma mais alta e outra mais baixa, conforme é possível verificar na imagem a seguir:

Imagem 22: Imagem esquemática com um tipo de iluminação mais adequada.

4.4.3 - Vitalidade e diversidade de usos e funções



Retomando uma das idéias principais que fundamentará nosso SIS, a noção de policiamento social, verificamos que este deve ser dado de maneira mais espontânea possível:

"(...) não se podem forçar as pessoas a utilizar as ruas sem motivo. Não podem forçar as pessoas a vigiar ruas que não querem vigiar. (...) A segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de maneira geral, que estão policiando". (JACOBS, Jarie, 2000).

Para que haja vitalidade e consequentemente um numero considerável de pessoas vigiando as ruas, é necessário existir também uma quantidade e uma diversidade significativa de estabelecimentos ao longo de uma mesma rua. Assim, para se estimular a permanência das pessoas em horários não usuais, deve haver por exemplo, estabelecimentos de usos noturnos, como bares, restaurantes, farmácias 24 horas, etc. Lembrando que esses são usos que geralmente tendem a atrair ainda mais pessoas para a própria área.

Além disso, é extremamente interessante incentivarmos que as pessoas percorram as calçadas, de forma que tenham que passar por locais que em si, não tem interesse para uso publico mas, que acabam se tornando freqüentados e cheios de gente justamente por serem caminho para outro lugar. Essa questão da vitalidade pode ser garantida de diversas outras maneiras, uma delas é através do adensamento populacional de regiões ociosas, que tendem a ser pouco utilizadas justamente por serem pouco povoadas e vice versa. Um meio de se garantir esse adensamento é através daquilo que chamaremos de verticalização espalhada.

4.4.4 – Verticalização espalhada

Como já foi dito a verticalização é extremamente benéfica para a segurança urbana pois, representa adensamento populacional e consequentemente maiores chances de vitalidade. Quando dizemos que além de verticalizarmos uma região devemos fazê-lo de forma que seja espalhada é principalmente no sentido de que essa configuração espacial tende a permitir maior abrangência visual do meio ambiente urbano se comparadas a outras possíveis configurações. Além disso, representa um melhor aproveitamento das terras urbanas, deixando mais espaço para a implantação dos estabelecimentos diversificados.

No que diz respeito à visibilidade, notamos que em regiões extremamente adensadas e verticalizadas, os edifícios acabam se transformando em verdadeiras barreiras visuais, uns em relação aos outros, pois encontram-se aglomerados. Além disso, essa configuração espacial prejudica muitas vezes a própria salubridade das edificações por dificultarem a ventilação e a iluminação natural. Situação oposta tende a ocorrer em regiões que são verticalizadas de maneira espalhada. Quando há certa distância entre os edifícios, o raio de abrangência visual que cada um possuirá em relação ao espaço urbano tende a ser maior. Além disso, quanto mais diversificados forem as tipologias arquitetônicas de tais prédios melhor, pois, pode-se tirar proveito das diferenças entre as alturas por exemplo, para intercalarmos os sistemas de monitoramento e vigilância (ver **Imagens 16 e 17**).

Em se tratando da relação entre diferença de altura e aumento da abrangência visual, devemos usar até mesmo a variação das condições topográficas a nosso favor, quando possível. As próximas perspectivas também foram extraídas de nossa cidade hipotética a fim de ilustrar esse aumento no raio de abrangência visual que a verticalização espalhada e variada possibilita.



Imagem 24: Abrangência visual
proveniente da verticalização espalhada.

Imagem 23: Abrangência visual
proveniente da verticalização espalhada.



4.4.5. Disposição física estratégica

Como já foi dito, cidades diversificadas tendem a serem cidades mais seguras. Essa diversidade envolve vários aspectos que vão desde a diversidade de usos e funções chega na própria diversidade da tipologia arquitetônica das edificações. Além de serem diversificadas, todas as edificações devem estar dispostas de maneira estratégica para possibilitarem a implantação do SIS. Nas próximas perspectivas encontramos exemplos de como as edificações podem estar dispostas estrategicamente de modo garantir maior segurança ao meio urbano.

Imagem 25: Disposição estratégica das guaritas.

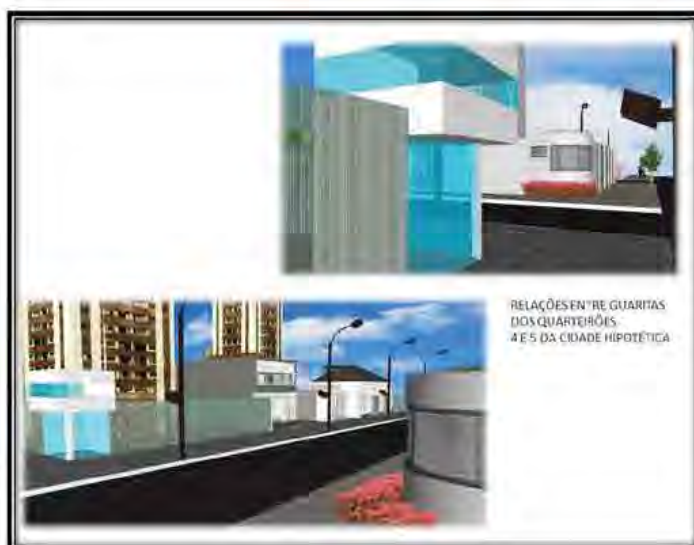




Imagem 26: Disposição estratégica das guaritas.

Conforme foi possível notar nas imagens anteriores, o SIS buscará fazer uso das características físicas pré existentes na cidade sempre que isso for possível, integrando ao máximo os espaços públicos e privados seja de forma física, visual, comunicativa, etc. Nas situações que não forem tão favoráveis a implantação desse sistema, devem ser feitos estudos antes de se realizar qualquer intervenção física no ambiente urbano, de forma a interferirmos o mínimo possível gerando o máximo de resultados positivos, ou seja, todas as intervenções devem ser estratégicas.

Resumindo, há várias características físicas e urbanísticas que favorecem e contribuem com a implantação efetiva do SIS. Primeiramente, quanto maior a diversidade de tipologia e de uso das edificações, melhor, pois, neste caso, as possibilidades de surgirem diferentes tipos de integrações são maiores do que nas regiões mais homogeneizadas física e funcionalmente.

Desse modo, a mescla de edificações verticais e térreas, por exemplo, seria algo extremamente favorável. As regiões quando são mais adensadas se tornam, na maioria das vezes, mais seguras por apresentarem maior vitalidade. Sendo assim, deve-se estimular ao máximo a ocupação e a utilização de espaços ociosos. Sempre que possível, as guaritas das diversas edificações (comerciais, residenciais, etc) devem estar dispostas de tal forma que seja possível se relacionarem umas com as outras, aumentando assim sua área de abrangência.

Quando possível, devemos optar pelas barreiras físicas que proporcionam impermeabilidade física ao mesmo tempo em que geram permeabilidade visual isto significa, por exemplo, que ao invés de se colocar muros deve-se optar pelo uso de grades de proteção ou elementos vazados. Quando isso não ocorrer deve-se procurar outras formas de suprir esse déficit de visualização, como por exemplo, tentando redirecionar para os muros e fachadas cegas as guaritas do entorno próximo.

Outra característica é que as condições dos espaços públicos devem ser favoráveis a sua utilização, ou seja, devem apresentar principalmente boa manutenção e boa iluminação. No que diz respeito à iluminação, uma solução eficiente é adotarmos duas escalas diferenciadas, ou seja, utilizarmos lâmpadas mais baixas, na escala do pedestre ao mesmo tempo em que utilizamos lâmpadas mais altas, direcionadas para os veículos, tudo isso em um mesmo poste. As próximas imagens também são perspectivas extraídas da cidade hipotética que exemplificam todas essas situações favoráveis à implantação do SIS descritas até então.



Imagem 27: Condições favoráveis à implantação do SIS.

Imagem 28: Condições favoráveis à implantação do SIS.





Imagem 29: Condições favoráveis à implantação do SIS.

Imagem 30: Condições favoráveis à implantação do SIS.



Aliado a todas essas diretrizes urbanísticas e arquitetônicas, deve haver também grande força de vontade, tanto política, dos órgãos competentes e da própria população visto que, todos devem estar dispostos a contribuir com a implantação, com a manutenção e o funcionamento desse sistema. Para aqueles que apresentarem resistência em contribuir com o mesmo poderemos fazer uso de diversos meios para impedir que isso ocorra. Os instrumentos urbanísticos, neste caso, teriam papel fundamental juntamente com uma possível legislação específica que possa vir a surgir visando a otimização da segurança urbana através da introdução do SIS.

A seguir mencionaremos os principais instrumentos urbanísticos já existentes que poderiam ser utilizados com esse intuito.

4.4.6. Evitar determinados aspectos arquitetônicos.

A preocupação em se construir edificações cada vez mais seguras é um fato cada vez mais recorrente tanto no contexto nacional quanto internacional. A fim de ilustrarmos essa preocupação faremos um breve relato de uma residência cujo projeto foi desenvolvido com o intuito de se criar a casa mais segura do mundo, daí a denominação "Safe House", como é conhecida.

A Safe House está localizada nas proximidades de Varsóvia e foi projetada pelo arquiteto polonês Robert Konieczny, **a pedido de seus clientes que gostariam de morar num ambiente totalmente seguro.** Assim, a residência mais segura do mundo também pode ser classificada como sendo uma verdadeira fortaleza moderna, pois usa de toda a tecnologia atual ao mesmo tempo em que é uma barreira física evidentemente marcante, fazendo referência às antigas fortalezas medievais.

De aspecto cúbico, a Safe House fica totalmente fechada quando o mecanismo de segurança é acionado e, quando isso ocorre, a zona de segurança passa a ser delimitada pelo próprio perímetro da casa. Quando está aberta, essa extensão avança pelo jardim sendo que, neste caso, a única forma de entrar na casa ou no jardim é passando pela porta central e esperando nessa zona de segurança para sua abertura, como é possível notar nas próximas imagens que contrastam situações em que ela está aberta ou

fechada, e ainda, se abrindo. Essa mobilidade da estrutura da Safe House é possível por que todo o projeto é baseado no acionamento de motores elétricos. A edificação em si é toda feita de concreto, enquanto que as partes móveis são feitas com estrutura de aço leve.

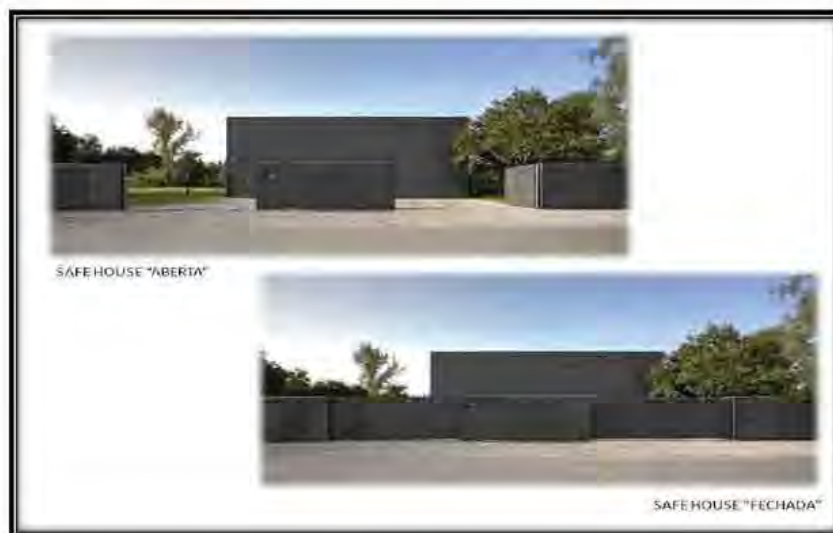


Imagem 32: Imagens da Safe House: quando está aberta e fechada.



Imagem 33: Imagens da Safe House: quando está aberta, fechada e se movimentando.

Não entraremos em maiores detalhes a respeito deste projeto pois, o que queremos ressaltar com esse exemplo é a dualidade existente entre aquilo que as pessoas normalmente enxergam como sendo "seguro" e aquilo que de fato é capaz de gerar maior segurança. Essa leitura não se limita a questões físicas, pois de fato, a Safe House pode ser considerada segura na medida em que se

trata de uma edificação do tipo "hermeticamente fechada", o que realmente dificulta em muito seu acesso, tornando-a segura. O fato é que, além de ser economicamente inviável e inacessível para a grande maioria da população, que também anseia por ambientes mais seguros, tais soluções de projeto presentes nessa moradia vão contra tudo aquilo que foi considerado anteriormente como sendo capaz de conferir maior segurança às edificações e aos ambientes urbanos. Assim como os condomínios fechados, a Safe House é extremamente agressiva e hostil para com seu entorno, ela nega praticamente todos os princípios de integração que descrevemos até então, e ainda, as soluções adotadas neste tipo de edificação dificultam a própria implantação do SIS.

Podemos dizer que a Safe House é a expressão física dessa tendência contemporânea de nos prendermos nas tiranias da intimidade e, nesse contexto, a questão da segurança torna-se apenas mais uma boa justificativa para nossa crescente introspecção social. As consequências de tudo isso tende a se refletir nos projetos e consequentemente no espaço urbano, alterando profundamente o tipo de vivência que se poderia ter nesses ambientes. A casa mais segura do mundo não deixa de ser uma proposta que atende seu objetivo que é o de proteger seus moradores. O que ocorre é que seus benefícios praticamente se limitam a este fato pois, urbanisticamente falando, a Safe House mostra-se como uma solução indesejável por adotar soluções radicais que parecem não contribuir em nada para a melhoria da segurança urbana.

Há algumas características arquitetônicas, que quando evitadas, são potencialmente capazes de conferir maior segurança às edificações e consequentemente, ao próprio espaço público urbano. Assim, há algumas ressalvas nas diretrizes projetuais na arquitetura das edificações que devem ser feitas quando a finalidade maior é contribuir para com a melhoria da segurança e possivelmente com a implantação do SIS.

A fim de exemplificarmos tais características faremos uso de imagens provenientes de um modelo com três residências, que também foi desenvolvido hipoteticamente a título de ilustração.



Imagem 34: Esquema, em elevação, de três residências hipotéticas desenvolvidas para exemplificar situações arquitetônicas que devem ser evitadas.

A seguir temos as principais situações que devem ser evitadas nos projetos arquitetônicos por conferirem maior insegurança às edificações.



Imagem 35: Imagem esquemática de situação a ser evitada: nicho de entrada.

A imagem anterior evidencia a existência de uma espécie de nicho, que abriga o portão de entrada da residência "A", que comumente pode ser encontrado em várias situações reais em nossas cidades. Esse tipo de configuração arquitetônica, mais do que pelo simples efeito estético, muitas vezes é adotado nos projetos a fim de gerar maior segurança aos moradores, principalmente quando estão associados a outros equipamentos como as câmeras de vigilância. Essa noção advém do fato de que, quando temos uma pessoa

do lado de fora, aguardando para entrar na casa, ela praticamente é condicionada a permanecer naquele perímetro, no qual geralmente localiza-se o interfone e para o qual, propositalmente, encontra-se direcionado o campo de visão da câmera de monitoramento. O que ocorre na prática é que muitas vezes esse tipo de elemento é adotado sem contar sequer com a existência de câmeras e outros equipamentos situação esta que não aumenta em nada a segurança dos moradores dessas residências e, muito pelo contrário, tende a gerar maior insegurança para o cidadão comum.

Situações de insegurança podem surgir na medida em que essas espécies de nichos podem servir para abrigar pessoas mal intencionadas que podem se esconder ali para abordar aqueles cidadãos que estejam passando pela calçada. Daí a necessidade de evitarmos esse tipo de configuração arquitetônica, mesmo por que, nos parece serem totalmente dispensável, mesmo quando integrado à câmeras e outros equipamentos.



Imagem 36: Imagem esquemática de situação a ser evitada: muros altos e portões cegos.



Imagem 37: Imagem esquemática situação a ser evitada: presença de anteparos visuais.

de

A imagem mostrada anteriormente evidencia a utilização de muros ao invés de grades, situação que é totalmente desfavorável para a manutenção da segurança local. Além disso, os muros estão em alturas relativamente elevadas, ou seja, acima da altura da cabeça de uma pessoa adulta, o que dificulta a relação visual entre os ambientes internos e externos e consequentemente dificulta a prática de vigio mútuo. Como será descrito mais adiante no item sobre as diretrizes urbanísticas, a utilização de muros dificulta não apenas o vigio entre os cidadãos comuns, mas também, prejudica o próprio patrulhamento e a vigilância local justamente por obstruir a permeabilidade visual.

Na próxima imagem também temos outro exemplo que diz respeito a essa questão da visibilidade. Em um dos casos, há um arbusto dentro da residência "B" obstruindo a possível visão que se poderia ter da rua, por parte dos moradores, e vice versa. Assim, devemos evitar ao máximo a presença de qualquer elemento em frente a locais que apresentem potencial de integração visual, como

portas, janelas, corredores, vitrines, etc. No outro caso, temos outro arbusto de altura inadequada obstruindo a própria passagem dos pedestres da calçada e impedindo a visão sobre o que está acontecendo adiante.

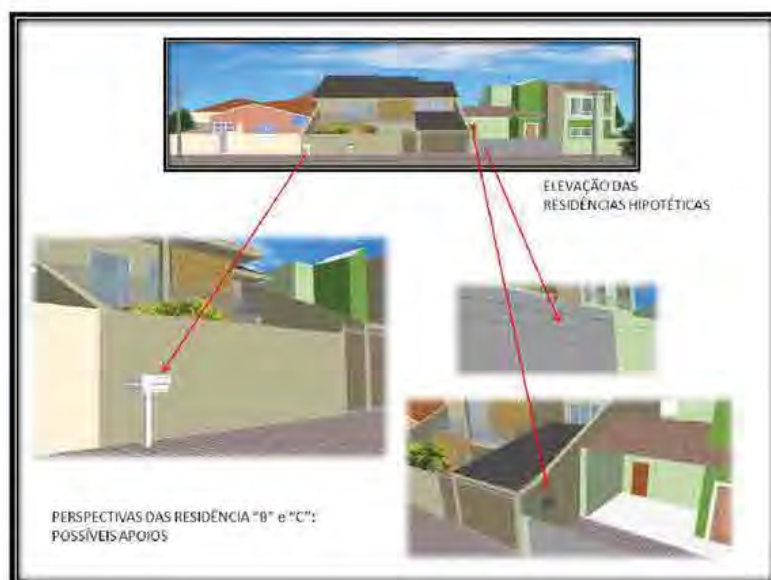


Imagem 38: Imagem esquemática de situação a ser evitada: presença de possíveis apoios para acesso às residências.

A **Imagem 38** esquematiza alguns elementos que possivelmente podem servir como apoio para acessar às edificações. Em um dos casos, temos uma lixeira encostada diretamente no muro da residência "B", o que pode facilitar a transposição de alguém da calçada para dentro da residência. A transposição para dentro da casa "C" também está sendo facilitada pelas rugosidades presentes no muro conforme podemos verificar no outro detalhe acima. Além disso, o acesso da casa "C" para a casa "B" pode vir a ser feito através da utilização da caixa de medição de energia elétrica, que no caso, também está servindo como apoio. Dessa forma, precisamos ficar atentos a estas e a outras situações semelhantes nas quais os elementos arquitetônicos possam acabar servindo como apoio.

Outro fato que deve ser observado também diz respeito a relação entre edificações vizinhas. Nas imagens a seguir verificamos que os elementos de uma casa muitas vezes podem servir de meios facilitadores ao acesso da residência ao lado.



Imagem 39: Imagem esquemática de situação a ser evitada: relação de conexão entre edificações vizinhas.

Na imagem anterior, fica evidente uma relação indesejável entre as edificações vizinhas. No caso temos os telhados das residências "A" e "C", ambos conectados com nível superior da residência "B". Essa configuração permite acesso direto para as sacadas desta casa, que por sua vez, também apresenta uma condição favorável para que isso aconteça, pois suas sacadas estão encostadas nos muros. O tipo de muro da residência "B" é em formato de rampa, o que também acaba facilitando o acesso ao pavimento superior. Esse acesso também pode ocorrer através do telhado da garagem que também dá acesso direto à sacada, situação totalmente indesejada.

Além da facilidade de acesso às sacadas, todas as esquadrias das residências "B" e "C" estão desprovidas de proteção do tipo grade, ou algo que seja capaz de conferir maior resistência sem prejudicar a permeabilidade visual.

Imagem 40: Imagem esquemática de situação a ser evitada: ausência de proteção nas esquadrias.



5. MODELO DE APLICAÇÃO METODOLÓGICA PARA IMPLANTAÇÃO DO SIS.

A implantação do SIS deve ser feita levando-se em consideração todas as diretrizes urbanísticas e arquitetônicas descritas até então. Resumindo todas essas informações é possível criar uma espécie de metodologia a ser adotada sempre que o objetivo maior for a geração de espaços urbanos mais seguros. Desde que se leve em consideração as peculiaridades de cada local, esse método mostra-se extremamente flexível e aplicável a praticamente todos os espaços urbanos. A fim de exemplificarmos essa empregabilidade, criamos um modelo de implantação a partir de uma situação real, daí o termo, modelo de aplicação metodológica do SIS, que no caso, ocorrerá na região central da cidade de Bauru/SP.

5.1: A área escolhida

A região escolhida para exemplificar a aplicação do SIS corresponde ao entorno próximo da antiga estação ferroviária da NOB, cuja localização vem representada através da imagem a seguir.

Imagem 41: Localização da área a ser revitalizada a través da aplicação do SIS.

Essa região encontra-se relativamente subutilizada e degradada o que contribui para sensação de insegurança que



muitas pessoas alegaram sentir no local, conforme mostraram os gráficos apresentados anteriormente, no item 3 deste trabalho, resultado de uma pesquisa feita in loco. Justifica-se assim o interesse em exemplificarmos a aplicação do Sistema Integrado de Segurança nesta região.

Ao observarmos as peculiaridades da área constatamos que há vários aspectos favoráveis para a implantação do SIS, como por exemplo: diversidade nas condições topográficas; pré existência de infra-estrutura urbana capaz de atender um possível aumento na densidade populacional; presença de edificações e estruturas abandonadas que potencialmente podem vir a ganhar novos usos e funções variadas, diversidade tipológica das edificações; dentre outros.

5.2: Proposta de intervenção projetual

Nossa intenção maior é desenvolver uma proposta de revitalização que apresente possibilidades reais de aplicação. Para isso, contaremos com a utilização de instrumentos urbanísticos que provavelmente poderão contribuir para a aplicação e funcionamento do SIS. Tais instrumentos serão distribuídos em três grupos.

No primeiro grupo, se enquadram aqueles que regulamentam o espaço urbano levando em consideração o seu valor econômico, e são eles:

- Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- IPTU progressivo no tempo;
- Direito de preempção;
- Transferência do direito de construir;
- Outorga onerosa do direito de construir;
- Operações urbanas consorciadas;

Já o segundo grupo é constituído por aqueles instrumentos que privilegiam o espaço urbano enquanto seu valor de uso, que são:

- Usucapião especial de imóvel urbano;
- Estudo de impacto de vizinhança;

O terceiro grupo de nossa classificação abrange aqueles instrumentos que tentam estabelecer um conceito de Política Urbana e de Gestão democrática da cidade, que são:

- Participação da comunidade;
- Obrigatória vinculação entre o Plano Diretor e o orçamento;
- Gestão orçamentária participativa;
- Sanções por improbidade administrativa, no caso de mau uso dos instrumentos urbanísticos.

Segue abaixo uma breve descrição de todos os instrumentos urbanísticos mencionados. Além da descrição teremos uma breve exemplificação de como poderiam ser utilizados no caso do nosso projeto de revitalização da região central.

➤ **Parcelamento, edificação e utilização compulsórios**

O plano diretor municipal pode estabelecer coeficientes de aproveitamento para certas áreas da cidade. Neste caso, o administrador público pode exigir, por meio de lei específica, que o proprietário que tenha imóvel subutilizado, ou seja, com ocupação inferior ao coeficiente indicado, realize o parcelamento, edificação ou a utilização desse imóvel. O proprietário deverá ser notificado da subutilização pela prefeitura e, no prazo máximo de um ano, apresentar projeto de utilização de forma a enquadrar-se no plano diretor. Esse projeto deverá ser iniciado em até dois anos após sua apresentação, podendo ser excepcionalmente realizado em etapas.

Esse instrumento é extremamente importante para a implantação do SIS pois através dele podemos combater a existência de terrenos, áreas e edificações ociosas que, como já foi dito, são extremamente prejudiciais à segurança urbana. Em nossa área de intervenção podemos encontrar atualmente vários exemplos desse tipo de situação. Um deles é o imóvel mostrado na imagem a seguir,

sobre o qual poderíamos vir a aplicar esse instrumento com o objetivo de eliminar a atual ociosidade e consequentemente contribuir para a geração de maior vitalidade.

Imagem 42: Edificação subutilizada em frente a praça da estação da NOB.

No entanto há situações em que o próprio poder público que é o "detentor" dos bens que se encontram em condições de subutilização e/ou abandono, como é o caso do edifício da estação ferroviária e de todo seu entorno. Muitas vezes fica difícil para as autoridades solucionar rapidamente o problema de subutilização desses espaços apenas com o uso de recursos públicos portanto, nesse contexto, poderiam entrar em vigência os vários tipos de integração previstos no SIS, especialmente no que diz respeito às parcerias financeiras. Em outras palavras, quando não houver condições de se gerar benfeitorias para implantação do SIS apenas com recursos públicos, poderíamos fazer uso das diversas formas de parcerias com a iniciativa privada, por exemplo.

Uma possível proposta de intervenção projetual para nossa área poderia ser a transformação do antigo terminal ferroviário da estação em um novo terminal de





para esta área.

embarque para os ônibus coletivos urbanos. Essa idéia surgiu a partir da análise das condições atuais do transporte público na cidade de Bauru visando também o aproveitamento máximo de toda estrutura física que já é existente, evitando assim, investimentos excessivos. Como se sabe, praticamente todos os itinerários de ônibus coletivos da cidade se dão passando pela Avenida Rodrigues Alves, que é bem próxima a nossa área de intervenção (conforme a próxima imagem). A fim de desafogar grande parte desse trânsito, deslocaríamos esse fluxo para a antiga estação que já possui condições estruturais favoráveis para se tornar um terminal urbano para ônibus. Com isso, estaríamos incentivando também a utilização constante desse espaço e garantindo maior vitalidade

Imagem 43: Localização da área a ser revitalizada a través da aplicação do SIS.

Essa proposta de terminal urbano seria extremamente interessante para as empresas de ônibus coletivos, visto que, os trajetos que passam pelo centro se tornariam mais ágeis e esse é um fator que tende a atrair um aumento no número de passageiros, além de gerar outros benefícios indiretos, como a redução de custos por trajeto. Assim, neste caso, o poder público poderia investir na criação desse terminal urbano contando o apoio de recursos provenientes das próprias empresas de ônibus, tanto para sua execução quanto para sua posterior manutenção. A seguir temos um breve relato imagético da situação atual do terminal ferroviário seguido de como poderia vir a ser após essa intervenção projetual.

Imagem 44:
Situação atual da área a ser
revitalizada.





Imagem 45: Perspectiva da área após a aplicação do SIS – estação vista através da guarita do prédio vizinho.



Imagem 46: Perspectiva da área após a aplicação do SIS – vista da nova praça de alimentação através do prédio vizinho.



Imagem 47:
Situação atual da área a ser
revitalizada.

Imagem 48: Perspectiva da área após a aplicação do SIS – vista da praça de alimentação e do novo corredor de ônibus do terminal urbano.



Imagem 49: Perspectiva da área após a aplicação do SIS – vista da praça de alimentação e do novo corredor de ônibus do terminal urbano.

Imagem 50: Perspectiva da área após a aplicação do SIS – vista da praça de alimentação e do novo corredor de ônibus do terminal urbano.

Seguindo o mesmo raciocínio, todo o restante da estrutura pré-existente que encontra-se subutilizada poderia vir a receber novos usos através parcerias entre os poderes público e privado. Constatamos no caso, a existência de vários vagões de trem que estão abandonados que poderiam vir a ser utilizados para implantação de certas modalidades comerciais diferenciadas como por exemplo, trailers de alimentação, galerias de objetos e artesanato, cafés, bancas, etc. A existência dessa categoria comercial tenderia a reforçar ainda mais a utilização e a vitalidade da área.

IMAGENS TERMINAL FERROVIÁRIO:
TRENS E VAGÕES ABANDONADOS



Imagem 51:
Imagens atuais da área a
ser revitalizada através
da aplicação do SIS:
vagões abandonados.



Imagem 52: Perspectiva da área após a aplicação do SIS: utilização dos vagões abandonados para finalidades comerciais variadas.

➤ **IPTU Progressivo no tempo.**

Dando sequência ao raciocínio que existe por trás do instrumento descrito anteriormente, “parcelamento, edificação e construção compulsórios”; caso o titular que tenha sido notificado sobre a subutilização e não adeque sua propriedade, o município poderá aumentar progressivamente a alíquota do IPTU sobre o imóvel nos próximos cinco anos, não podendo cobrar mais do que o dobro exigido no ano anterior, até o teto de 15%. Se o proprietário do imóvel subutilizado não cumprir com as determinações da prefeitura após cinco anos, poderá tê-lo desapropriado, sendo indenizado com títulos da dívida pública, no regime de precatórios.



Imagem 53: Situação atual da área a ser revitalizada: existência de impermeabilidade visual.

Em situações opostas, ou seja, quando além de adequar sua propriedade, o proprietário se dispuser a contribuir para com a implantação e manutenção do SIS, poderemos propor situações também contrárias, isto é, ao invés de aumentarmos o IPTU sobre estes imóveis, podemos gerar descontos

sobre os mesmos, além de gerar outros tipos de incentivos fiscais. Tudo isso, com a finalidade de integrar a maior quantidade possível de membros à rede do SIS. O incentivo pode ser concedido por exemplo, se a tipologia e o caráter do uso do imóvel estiver de acordo com aquilo que foi previsto pra gerar maior segurança à região. Em nossa área por exemplo, poderíamos incentivar todas aquelas que contribuíssem com a questão da permeabilidade visual. Além disso, poderíamos incentivar a existência de comércios 24 horas e de empreendimentos de uso noturno, por exemplo.

Imagem 54: Perspectiva da área após revitalização: integração entre as edificações através da permeabilidade visual e disposição física estratégica.

➤ **Direito de preempção**

Se o município tiver especial interesse em adquirir imóveis em determinada região,



poderá delimitá-la em lei específica e, nos cinco anos seguintes, terá direito de preempção, ou seja, preferência na compra de qualquer imóvel que venha a ser vendido naquela área. A lei poderá ser reeditada após um ano do esgotamento da vigência da anterior.

Tal instrumento pode ser utilizado principalmente naquelas regiões em que o SIS ainda não está implantado ou ainda não esteja efetivado na prática. Como o poder municipal terá preferência sobre a área, poderá realizar as intervenções necessárias para a otimização da segurança da região após adquirir aquelas propriedades mais estratégicas. Em nosso caso, grande parte da área a ser revitalizada já é de caráter público, e esse fato, a princípio, tende a ser mais um ponto favorável à implantação do SIS.

➤ **Transferência do direito de construir**

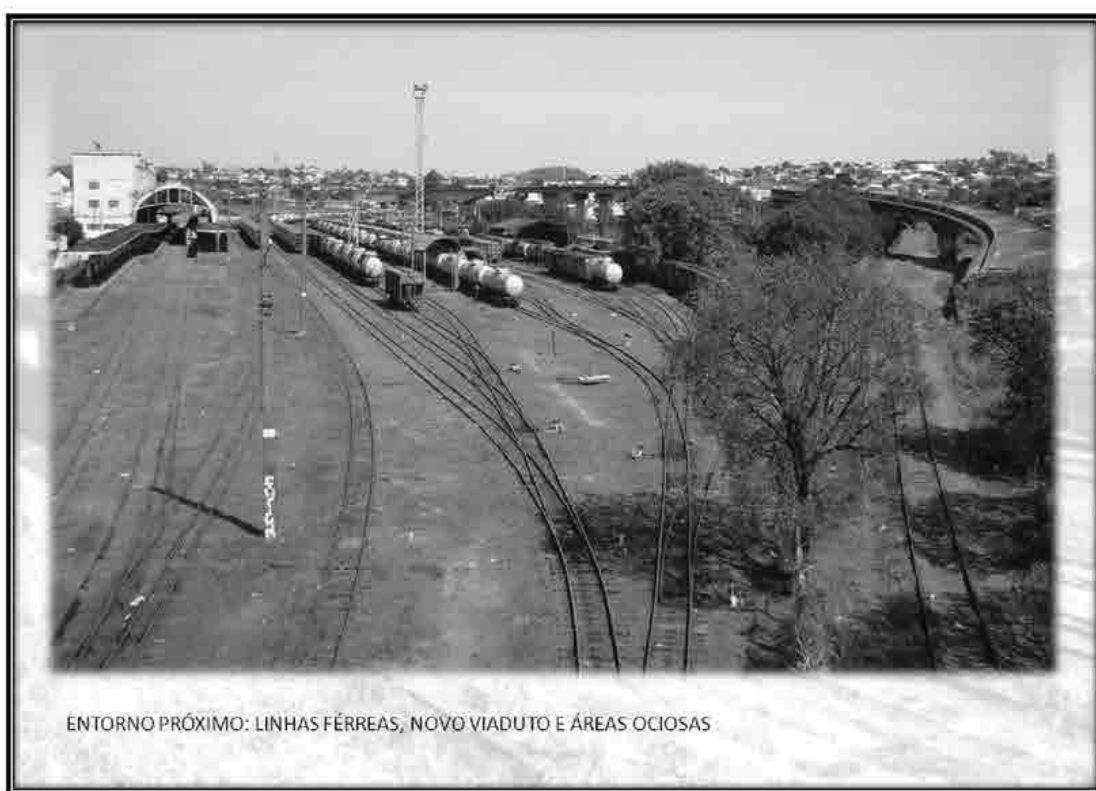
A Transferência do Direito de Construir confere ao proprietário de um lote a possibilidade de exercer seu potencial construtivo em outro lote, ou de vendê-lo a outro proprietário. É um instrumento que deve ser utilizado, portanto, em áreas que o Poder Público tenha, por qualquer motivo, interesse em manter com baixa densidade. Obviamente, as áreas que podem receber o potencial construtivo devem ser aquelas em que aumento de densidade populacional seja desejável ou, ao menos tolerável.

Um exemplo da aplicação desse instrumento é naquelas áreas em que, por imposição da necessidade de preservação ambiental ou do Patrimônio Histórico, devem ter seu potencial construtivo limitado. Nesses casos, a Transferência do Direito de Construir atua como um fator de amenização da pressão imobiliária nos terrenos, diminuindo a pressão pela sua ocupação.

Por outro lado, no caso específico da otimização da segurança urbana, esse instrumento poderá contribuir para aumentar a densidade populacional das áreas a serem revitalizadas, gerando assim maior vitalidade e consequentemente, aumento na segurança local. Isso significa que, as áreas que já são relativamente seguras podem permanecer com a densidade que já possuem e transferir esse “haver” populacional para as áreas que se mostram como inseguras e que, devem, estrategicamente, ter sua população aumentada.

Como é possível notar através da próxima imagem, há grande ociosidade na região.

Imagem 55:
Área a ser revitalizada
e a ociosidade do
entorno próximo.



ENTORNO PRÓXIMO: LINHAS FÉRREAS, NOVO VIADUTO E ÁREAS OCIOSAS



implantação desses edifícios verticalizados em toda região.

Imagem 56: Perspectiva da área a ser revitalizada com ocupação através da verticalização espalhada.

Como já foi dito, a maneira mais adequada para a ocorrência de adensamento populacional é através da implantação da verticalização espalhada. A próxima imagem ilustra uma possível



Imagem 57: Perspectiva de possível configuração espacial oriunda da implantação de verticalização espalhada.

O Estatuto da Cidade, no seu artigo 35 estabelece que a transferência do direito de construir também pode ser utilizada em áreas nas quais o Poder Público considere necessárias para:

- Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- Preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.
- Servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

Em nossa área, a transferência do direito de construir pode ser empregada para garantir todos os itens acima sempre que estes forem considerados essenciais à revitalização e a segurança urbana local.

➤ **Outorga Onerosa do Direito de Construir**

A Outorga Onerosa do Direito de Construir, também conhecida como "solo criado", refere-se a uma concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

O Coeficiente de Aproveitamento Básico é um índice que indica o quanto pode ser construído no lote sem que a edificação implique numa sobrecarga de infra-estrutura para o Poder Público. Tipicamente, esse coeficiente é igual a 1, o que significa que o proprietário pode edificar uma área igual à área do lote que possui. Caso o proprietário deseje edificar uma área maior que a estabelecida pelo coeficiente básico, ele deve "comprar" do município o direito de construir numa área maior. Essa área construída,

entretanto, deve estar abaixo da estipulada pelo coeficiente de aproveitamento máximo. Portanto, a área máxima a ser outorgada equivale à diferença entre o coeficiente máximo e o coeficiente básico estipulado para a área.

Sob o ponto de vista da segurança urbana, podemos dizer que o objetivo da Outorga Onerosa pode ser o de recuperar parte dos investimentos feitos pelo Poder Público para suprir as demandas em infra-estrutura que forem geradas pelas altas densidades populacionais. Como já foi dito, as altas densidades são favoráveis ao surgimento de regiões mais seguras na maioria dos casos e este instrumento portanto poderia ser, em outras palavras, uma forma de "compensação financeira" pelos recursos públicos empregados. Este instrumento, assim como a transferência do direito de construir contribui para a implantação do sistema de verticalização espalhada, por exemplo.

➤ Operações Urbanas Consorciadas

Operações urbanas consorciadas são intervenções pontuais realizadas sob a coordenação do Poder Público e envolvendo a iniciativa privada, os moradores e os usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, valorização ambiental e também, melhorias na segurança urbana local.

Nesse instrumento, o Poder Público deve delimitar uma área e elaborar um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infra-estrutura, a nova distribuição de usos, as densidades permitidas, os padrões de acessibilidade, etc. Vale lembrar que a existência de diversidade de usos e funções é extremamente desejável para a criação de espaços mais seguros e, no nosso caso, poderá ser obtida graças a aplicação deste instrumento.

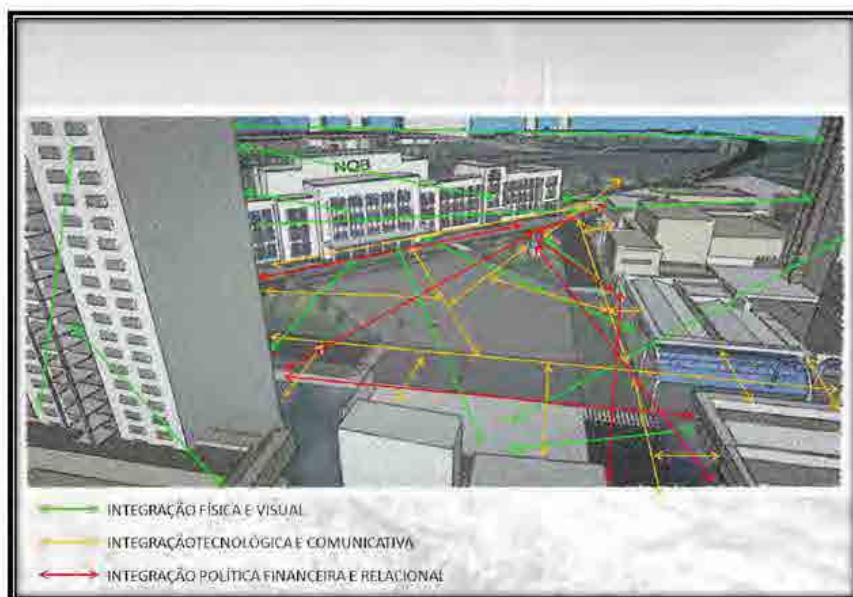
Trata-se, portanto, de um instrumento que permite a elaboração de um plano urbanístico em escala quase local, através do qual podem ser trabalhados elementos de difícil tratamento nos planos mais genéricos (tais como altura das edificações, relações entre espaço público e privado, re ordenamento da estrutura fundiária, etc.).

Por esse motivo, as operações urbanas possuem grande potencial de qualificação espacial para as cidades, na medida em que permitem tratamento quase arquitetônico dos espaços urbanos. Tal tratamento é dificilmente obtido apenas pelo Plano Diretor e pelo Zoneamento, principalmente em cidades grandes. A necessidade de manter o plano inteligível obriga a adoção de parâmetros generalizantes para as diversas zonas, que não podem responder às situações especiais que, certamente, fazem parte do tecido.

Através das Operações Urbanas, essas situações podem ser definidas e trabalhadas individualmente, com maior nível de detalhamento que no Plano Diretor.

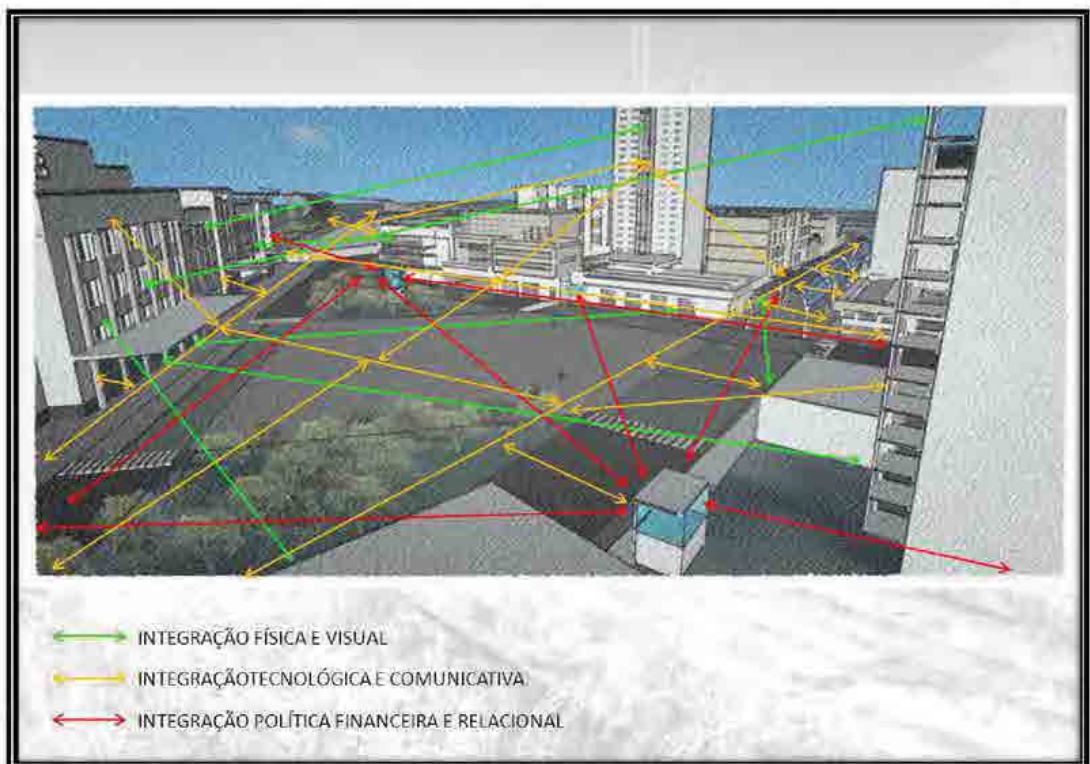
Dessa forma, este é um instrumento importantíssimo para a implantação do SIS pois é capaz de garantir a elaboração dos possíveis métodos de integração que são aplicáveis a cada área, especificamente. No nosso caso, a existência de configurações arquitetônicas e urbanísticas que garantam ao mesmo tempo ocorrência de permeabilidade visual e a impermeabilidade física é essencial para a existência dos diversos tipos de integração, que são: integração física e visual; tecnológica e comunicativa; política,

financeira e relacional. As imagens a seguir exemplificam tais tipos de integração ocorrendo após a revitalização na segurança da região central.



Imagem

58: Perspectiva esquemática da ocorrência do SIS na área central de Bauru.



Imagem

59: Perspectiva esquemática da ocorrência do SIS na área central de Bauru.



Imagem 60: Perspectiva esquemática da ocorrência do SIS na área central de Baurú.

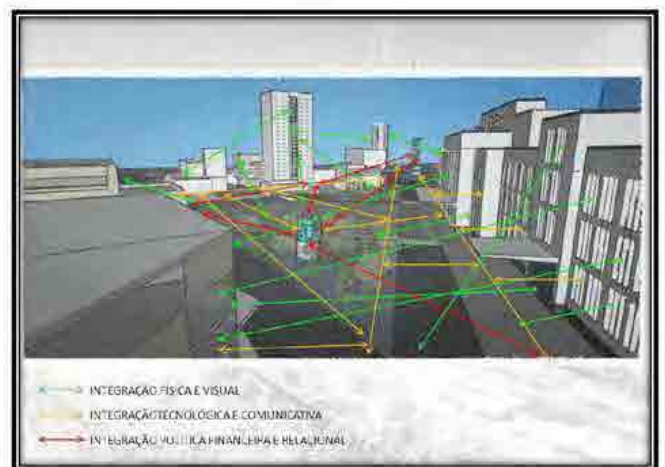


Imagem 61: Perspectiva esquemática da ocorrência do SIS na

área central de Bauru...



Imagem 62: Perspectiva esquemática da ocorrência do SIS na área central de Bauru

➤ **Usucapião especial de imóvel urbano**

Atendendo à função social da propriedade, o legislador criou uma espécie nova de usucapião, exigindo menor prazo prescricional do que a usucapião comum, regida pelo código civil: cinco anos em vez de quinze.

A fim de dar maiores garantias aos moradores de favela, criou-se a *usucapião especial coletiva*, por meio da qual uma coletividade adquire a titularidade de uma área, cabendo a cada indivíduo uma fração ideal, a exemplo do que acontece com o condomínio. Este instrumento também apresenta uma contribuição favorável para a questão da segurança urbana ao garantir a posse da

terra pois isso, muitas vezes pode significar o aproveitamento de regiões que até então estavam ociosas além de contribuir para com a atenuação do problema de déficit habitacional.

➤ **Estudo do impacto de vizinhança**

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) está dentre os instrumentos de gestão que dependem da regulamentação municipal e que permitem a avaliação dos impactos causados por empreendimentos e atividades urbanas. Trata-se de um instrumento contemporâneo, que atende as exigências da vida moderna e que está integrado ao direito urbano-ambiental, que tem sua matriz no cumprimento da função social da propriedade.

A partir da análise dos impactos é possível avaliar a pertinência da implantação do empreendimento ou atividade no local indicado, ou seja, avaliar se o proposto está adequado ao local, estabelecendo uma relação da cidade com o empreendimento e do empreendimento com a cidade, considerando o meio no qual está inserido. Além disso, a partir da avaliação de impactos é possível apontar formas de mitigação do impacto gerado, ou seja, minoração dos efeitos do empreendimento ou atividade no meio urbano, além de medidas compensatórias para o mesmo meio no qual a atividade ou empreendimento se instalará.

Portanto, tais estudos também podem estar direcionados à avaliação da possibilidade de implantação, do funcionamento e das alterações que são necessárias no SIS de cada região, isto é, através dessas análises poderemos avaliar as situações em que o SIS está funcionando adequadamente e aquelas em que ainda estão deixando a desejar.

Portanto, através da utilização dos instrumentos urbanísticos conseguiríamos de fato viabilizar a aplicação do SIS, e quando necessário, interferir diretamente na configuração arquitetônica e urbanística de todas as regiões a serem revitalizadas sob o ponto de vista da segurança urbana. No caso da região central de Bauru poderíamos estabelecer maior diversidade de usos e funções de modo a obtermos uma ocupação espacial semelhante as que estão ilustradas nas imagens esquemáticas a seguir.

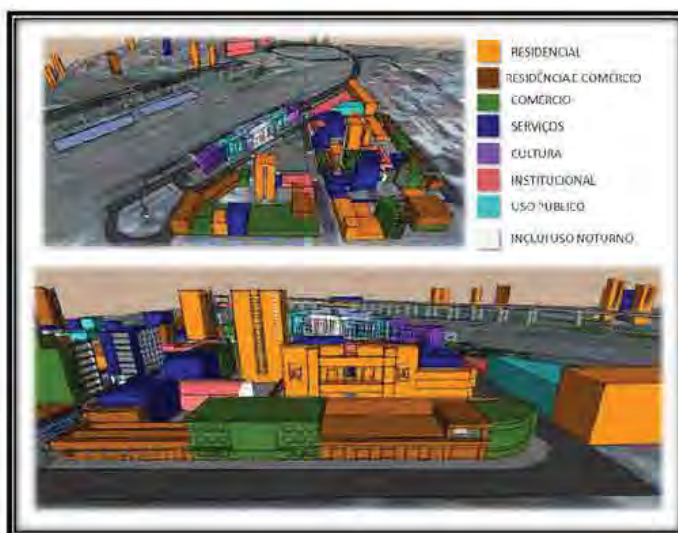


Imagem 63: Perspectiva esquemática de uso do solo após a aplicação do SIS na área central de Bauru.

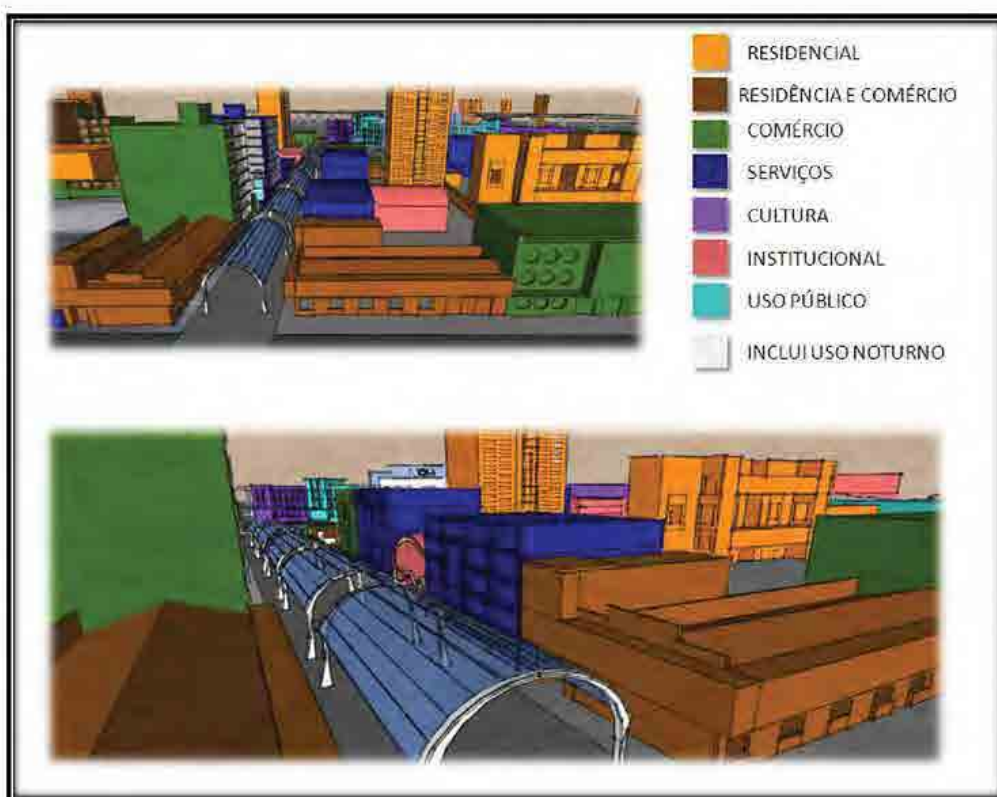


Imagem 64: Perspectiva esquemática de uso do solo após a aplicação do SIS na área central de Bauri.

Imagem 65: Perspectiva esquemática de uso do solo após a aplicação do SIS na área central de Bauru.

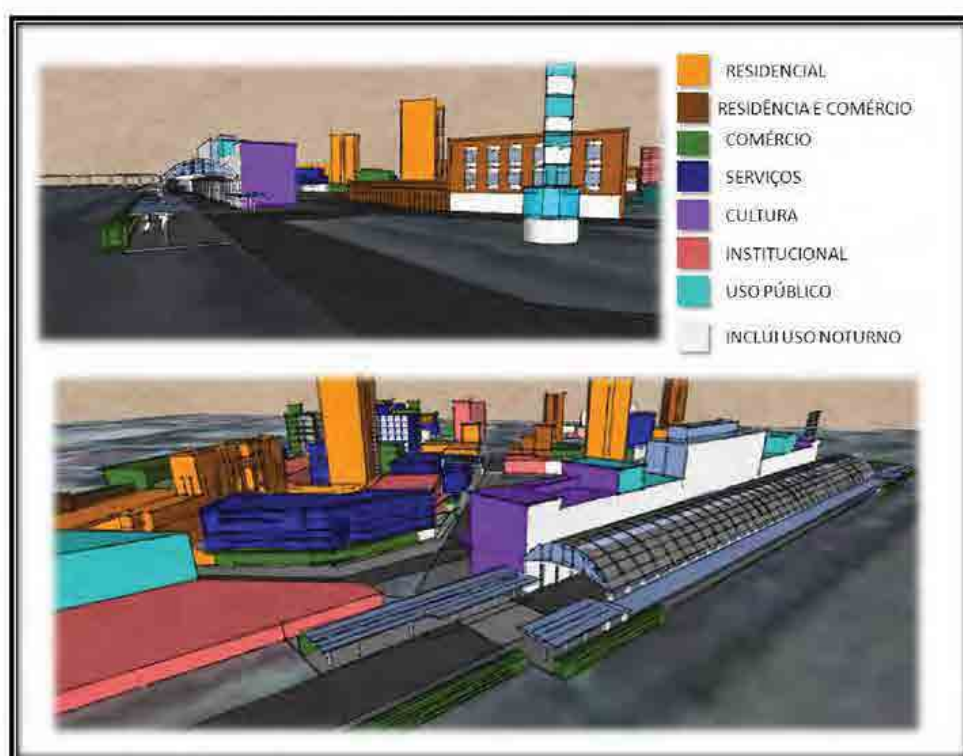




Imagem 66: Perspectiva esquemática de uso do solo após a aplicação do SIS na área central de Bauru.

Imagem 68:
 Perspectiva esquemática
 de uso do solo após a
 aplicação do SIS na área
 central de Bauru.



CONCLUSÃO

Através deste trabalho conseguimos levantar as principais diretrizes urbanísticas e arquitetônicas a serem adotadas num projeto de revitalização que considere a otimização da segurança urbana como sendo o objetivo principal e maior. Ao otimizarmos a segurança dos espaços urbanos estamos garantindo a melhoria de tais regiões sob diversos aspectos que vão desde benefícios sociais, financeiros, ambientais, e chegam até mesmo na implicação benefícios psicológicos e para a saúde dos próprios cidadãos. Como já foi dito, as principais diretrizes estão relacionadas entre si e consistem basicamente na existência simultânea de *"olhos na rua"* garantindo o *"vigio mútuo"* o que pode ser obtido principalmente em áreas que apresentam bastante *"vitalidade"*. Regiões mais vitais geralmente são aquelas que apresentam maior *"diversidade de usos e funções"*. Para que tudo isso ocorra é necessário que haja também uma *"separação nítida entre espaços públicos e privados"*. Não podemos simplesmente ignorar o fato de vivermos em uma sociedade com tendências intimistas e que cada vez mais está se fechando em enclaves fortificados, mesmo por que, todos esses fatos são justificados muitas vezes pelo medo à violência. Devemos, por outro lado, sempre tentar tirar proveito das condições urbanas pré-existentes a favor da implantação do Sistema Integrado de Segurança, de modo a amenizar essa sensação de insegurança na tentativa de resgatar alguns valores psíquicos que só a vida pública é capaz de proporcionar.

O SIS é um Sistema de segurança baseado na Integração e deve ser aplicado sempre levando-se em consideração as peculiaridades de cada área. Para que sua aplicação se torne possível na prática, poderemos fazer uso dos diversos instrumentos urbanísticos descritos neste trabalho. Prova de que isso é possível foi dada através da criação de um modelo de aplicação metodológica a partir de uma situação real: a revitalização da região central de Bauru, através da implantação do SIS. Sendo assim, fica justificada a importância e a real aplicabilidade desse

BILBIOGRAFIA

- "Morte e vida de grandes cidades" - Jacobs, Jane;
- "Cidade de Muros" - Caldeira, Tereza Pires do Rio;
- "Voçorocas do Poder Público"- Sampaio Alves, José Xaides;
- "Olhares sobre Bauru"- Autores: DAUP, Unesp – Bauru;
- "O Que é cidade?" e "Cidade e a lei"- Rolnic, Raquel;
- "O declínio do homem público" - Sennett, Richard;
- " Democracia na América", Tocqueville, Alexis de
- "Paradoxo sobre o comediante", Diderot, Denis
- "A beira da linha" - Guirardello, Nilson;
- "Paisagens do medo" - Yi-Fu Tuan;
- "Arquitetura contra o crime" – Tenente Cel. Marcos Antonio Amaro;
- "A prevenção do crime através do desenho urbano" - Tenente Cel. Roberson Luiz Bondaruk;
- "Estatuto da Cidade";
- "Plano Diretor da Cidade de Bauru;
- <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.124/3656>
- <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.057/1982>
- <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131>
- <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/204/condominios-fechados-sao-o-futuro-das-cidades-no-interior-do-211046-1.asp>
- <http://www.fee.tc.br/sitefee/download/tds/019.pdf>
- <http://www.olhoscriticos.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=17>
- <http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/06.061/453>
- <http://www.infohab.org.br/>
- <http://www.cidades.gov.br/>
- http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/

- [http://www.fenea.org/gt-reforma-urbana\)](http://www.fenea.org/gt-reforma-urbana)
- <http://www.historiadamundo.com.br/idade-media/os-castelos.htm>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_medieval
- http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_media/cidades_medievais.html
- http://www.gestaofinancaspublicas.ufc.br/artigo_tadzio_reflexoes_sobre_violencia_urbana.doc
- <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAflkAC/qualidade-vida-fortificacoes-significado-dos-condominios-techados-salvador>
- <http://antidelito.net/?arquivo=clipping.html>
- <http://www.grupos.com.br/blog/viniciushelp/permalink/27534.html>
- <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.057/1982>
- <http://sagaz.wordpress.com/2009/04/23/feudos-de-luxo/>
- <http://monolitho.labin.pro.br/?p=2416>
- <http://www.observatoriodeseguranca.org/dados/custos>
- <http://ititshipitshere.blogspot.com/2010/05/safe-house-in-poland-is-modern-fortress.html>